

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Atividades

A Battistella Administração e Participações S/A (“Companhia” ou “Conglomerado Battistella”) é uma sociedade por ações com sede em Curitiba, Paraná e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”) que figura, nessas demonstrações financeiras, como controladora e “Holding”. O acionista controlador da Companhia é a Aliança Battistella e Agropecuária e Adm. de Bens Ltda. A Battistella Administração e Participações S/A e suas controladas têm como principais atividades preponderantes:

- a. Comércio de caminhões e ônibus da marca SCANIA, seus acessórios e a prestação de serviços de assistência técnica, através de concessionárias autorizadas;
- b. Industrialização e comércio de madeiras e seus derivados;
- c. Prestação de serviços sob a forma de trading company atuando com exportação e importação;
- d. Exploração do ramo de transporte intermodal;
- e. Participação em outras sociedades.

Em 9 de dezembro de 2011 foi celebrado Contrato de Compra e Venda de quotas da Controlada Battistella Distribuidora para a empresa SDMO do Brasil Ltda., o qual prevê data de fechamento após cumpridas condições precedentes previstas no referido Contrato. A venda foi efetivada em 3 de fevereiro de 2012 (ver nota explicativa 26). Tendo em vista que os critérios para consideração dessa operação como descontinuada já haviam sido atendidos em períodos anteriores, conforme orientações do CPC 31 (IFRS 5) – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas, a Companhia demonstrou os efeitos da mesma nas demonstrações financeiras comparativas.

Em função das atividades da controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A (“Porto”) terem se iniciado em junho de 2011, a mesma, quando necessário, recebe apoio financeiro de seus acionistas na proporção da participação atual na controlada em conjunto, para incrementar e manter suas atividades operacionais, para realizar investimentos em expansão, e, principalmente, para liquidar as parcelas do financiamento, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir todas as necessidades de caixa, o que a Administração espera que ocorra no decorrer de 2013.

Em 20 de abril de 2012 foi instalado o Conselho Fiscal da Companhia, sendo composto por três membros efetivos e três suplentes, conforme Ata da 17ª Assembléia Geral Ordinária.

b. Incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda

Em 8 de abril de 2011, a Battistella Administração e Participações S/A divulgou ao mercado Fato Relevante comunicando sua intenção de, em consonância com seu planejamento estratégico, realizar a incorporação de sua controlada, Battistella Veículos Pesados Ltda..

Em 30 de novembro de 2011, ocorreu a incorporação da Battistella Veículos Pesados Ltda. (Incorporada) na Battistella Administração e Participações S/A (Incorporadora), conforme Ata da 29ª Assembléia Geral Extraordinária e Protocolo e Justificação de Incorporação.

A incorporação foi justificada pelos seguintes fatos: a) a Incorporada é uma sociedade controlada pela Incorporadora, que detém 100% de seu capital social; b) o Conglomerado Battistella tem focado na permanente busca do fortalecimento de sua estrutura operacional e organizacional; c) que a incorporação é a operação mais adequada e eficiente para integrar as atividades e os objetivos de ambas as Companhias; d) que a incorporação resultará em ganhos de sinergia, com redução de custos financeiros e operacionais, bem como a simplificação de sua estrutura societária; e) que a incorporação não resultará em qualquer tipo de resultado negativo para qualquer uma das partes, clientes, fornecedores e/ou credores.

A incorporada tinha o capital social de R\$ 19.214, totalmente integralizado em moeda nacional dividido em 19.214 quotas sociais de valor nominal de R\$ 1,00 a unidade, totalmente subscritas e integralizadas.

Sendo a incorporadora controladora da incorporada, com participação de 100% do capital social, essa incorporação não gerou acréscimo no patrimônio líquido da incorporadora, motivo pelo qual não houve aumento de capital, nem emissão de novas ações.

Por força do presente ajuste, não houve relação de troca de ações, visto que os valores do patrimônio líquido da Incorporada já estão integralmente refletidos no patrimônio líquido da Incorporadora, em decorrência da aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que a mesma promoveu a baixa na sua conta de investimento.

Na análise das demonstrações financeiras comparativas de 2011, essa situação deve ser levada em consideração.

c. Venda da controlada Mobasa

Em 19 de março de 2012 foi publicado “fato relevante” em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, artigo 157, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e no interesse de informar aos seus acionistas, ao mercado em geral, e aos demais interessados, que a Companhia havia contratado uma instituição financeira de primeira linha para assessorar a Companhia na alienação das atividades do setor florestal atualmente desenvolvidas por suas controladas (“Operação”), em linha com seu planejamento estratégico voltado a concentração de suas atividades na área de transporte e logística e redução do seu endividamento de curto e longo prazo, sem, entretanto, se desfazer das atividades industriais de processamento de madeira, que continuarão em atividade.

A estrutura da operação possibilitou a concentração de parte relevante de seus ativos relacionados às atividades do setor florestal, em um único veículo, o qual foi objeto de alienação. Os ativos relacionados à atividade florestal que foram objeto da Operação consistiram, especialmente, na propriedade de imóveis rurais localizados no estado de Santa Catarina e do Paraná com área total aproximada de 40 mil hectares, dos quais, 16 mil hectares de área produtiva, contendo reflorestamento de pinus taeda, além das atividades de negócio relacionadas, tais como silvicultura e colheita, dentre outros.

Nas demonstrações financeiras precedentes a efetivação da venda, a Companhia não considerou a operação como destinada à venda ou operação descontinuada, uma vez que essa não atendeu aos critérios exigidos pelo CPC 31 (IFRS 5) – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Para que esse fosse o caso, o ativo deveria estar com disponibilidade imediata em suas condições atuais. As florestas e terras em questão eram garantidoras de empréstimos (ver nota explicativa 17), por este motivo, para que a operação de venda das florestas fosse bem sucedida, foram estruturados mecanismos para a conclusão da negociação, ou seja, a transação de recebimento financeiro ficou atrelada à amortização da dívida.

Como parte do Projeto, em junho de 2012, foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados, na empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – (“Mobasa”), pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais:

- A Companhia realizou operação de “recompra” das florestas Santa Ursula e Santa Luzia que compunham saldo a receber da empresa Pyatov pelo valor de US\$ 1.500.000 (mesmo valor que anteriormente havia sido vendido). A operação anterior que deu origem a esse saldo devedor ocorreu em dezembro de 2010, quando a Companhia vendeu 100% das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que formam o capital social da Sociedade denominada Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A. Os ativos dessa empresa estavam compostos por árvores de pinos e outras espécies, localizadas nos municípios de Bocaina do Sul, Correia Pinto, Bom Retiro, Otacílio Costa e Capão Alto, todos no Estado de Santa Catarina. A venda foi efetuada pelo valor de US\$ 23.100.000 à Sociedade Pyatov Participações Ltda., dos quais estava pendente um saldo remanescente a receber no valor de US\$ 1.500.000, então registrados na conta devedores diversos, referentes as florestas objeto da recompra (Santa Ursula e Santa Luzia).
- Foi realizada operação de “dação em pagamento” pela Battistella Administração e Participações S/A (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda.(credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R\$ 3.061 (valor de livros), dando assim quitação parcial de dívida existente entre as empresas (o saldo em aberto em 31 de maio de 2012 era R\$ 13.051), restando um saldo de R\$ 9.991 naquela data. Tendo em vista que foi utilizado valor de livros nessa transação, nenhum ganho ou perda foi registrado nas empresas.
- Foi realizada operação de “Dação em pagamento” pela Battistella Administração e Participações S/A (devedora) para Battistella Indústria e Comércio Ltda. (credora), com transferência de 1.614.007 ações da Mobasa correspondente a 6,4967% do capital social pelo valor de R\$ 9.991 (valor de livros), dando assim quitação no saldo existente da dívida entre as empresas.
- Foi realizada operação de “Dação em pagamento” pela Battistella Indústria e Comércio Ltda. (devedora) para Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa (credora), com transferência das florestas Santa Ursula e Santa Luzia, pelo valor de R\$ 3.061 (valor de livros) dando quitação parcial do saldo de mútuo existente entre as empresas, conforme nota explicativa 11.
- Em 1 de outubro de 2012, com o objetivo de concentrar as ações da Mobasa na Battistella Indústria e Comércio Ltda. (“BIC”), houve transferência das ações entre as empresas, a qual ocorreu através da emissão de 142.707 quotas sociais subscritas e integralizadas pela sócia, aumentando o capital da BIC em R\$ 142.707.

Em 26 de outubro de 2012, a BIC celebrou contrato com a empresa Rio Negrinho Participações S/A, efetivando a venda da totalidade das ações de emissão da MOBASA de sua titularidade,

que representava, aproximadamente 99,30% do capital social e votante daquela empresa, a um preço de aquisição no valor de R\$ 175.000. O fechamento do Contrato, naquela data, ainda estava sujeito a condições precedentes usuais nesse tipo de operação, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), conforme fato relevante publicado na referida data.

Por ocasião da venda da MOBASA, a Companhia apurou ganho no valor de R\$ 87.700, decorrentes da diferença entre o valor contábil do investimento, que era de R\$ 87.300, e o valor de venda do mesmo, de R\$ 175.000.

Na mesma data, foi reduzido o capital social da BIC pela Controladora, no montante de R\$ 112.500, via transferência dos recursos financeiros gerados na venda da MOBASA, representando 112.500 quotas sociais com o mesmo valor nominal, permanecendo a BIC com o capital de R\$ 169.545.

Conforme estipulado no Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças, do total do valor de venda, de R\$ 175.000, foram depositados diretamente pela compradora, no ato da transação, em contas corrente de Bancos mantidas pela vendedora para remoção dos ônus sobre os imóveis e seus respectivos ativos florestais, reduzindo o endividamento bancário da Companhia, em R\$ 103.300. Parcela no valor de R\$ 53.195 foi depositada na conta da Companhia, sendo que a diferença, no montante de R\$ 18.505 permanece em conta 'escrow', referentes a outras obrigações e garantias contratuais, a serem liberados mediante o cumprimento de tais obrigações.

A Companhia, após a venda da empresa Mobasa, deixa de deter ativos florestais.

d. Baixa de empresas inativas

Battistella Administradora de Bens Ltda.:

Em 1º de agosto de 2012 foi encerrada a empresa Battistella Administradora de Bens Ltda, que naquela data possuía Patrimônio Líquido de R\$ 9 sendo que a responsabilidade pelo ativo e passivo porventura superveniente fica a cargo da ex-sócia Battistella Administração e Participações S/A, que manterá também a guarda da documentação da empresa. Cada um dos sócios recebe, na data do Distrato, citada acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade.

Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda.:

Em 27 de junho de 2012 foi encerrada a empresa Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda, a qual naquela data possuía Patrimônio Líquido de R\$ 1, sendo que a responsabilidade pelo ativo e passivo porventura superveniente fica a cargo da ex-sócia Battistella Administração e Participações S/A, que manterá também a guarda da documentação da empresa. Cada um dos sócios recebe, no ato do Distrato, citado acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade.

e. Reestruturação do endividamento oneroso

A Companhia vem paulatinamente reestruturando o perfil do seu endividamento oneroso, quer seja pela venda de ativos operacionais e não operacionais, quer seja através de renegociações.

Em junho de 2011, houve emissão de debêntures de longo prazo, no valor de R\$ 120.000.

Em 10 de dezembro de 2012 foi realizada a Assembléia Geral de Debenturistas da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie Com Garantia Real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Companhia, que aprovou, dentre outras matérias: o resgate antecipado de sessenta debêntures, efetivado mediante o pagamento de R\$ 30.000 de modo que o valor nominal final das Debêntures devido pela Companhia passou a ser de R\$ 90.000 de principal; a prorrogação do prazo das debêntures passou a ter cinco anos de vigência com carência de 01 ano com vencimento em 10 de dezembro de 2017 e juros remuneratórios de CDI + 4,5 % a.a. (vide nota explicativa 18).

f. Continuidade operacional

Com o resultado das ações mencionadas nos itens acima, a Administração planeja liquidar, substancialmente, a dívida de curto prazo e, com o início das operações do Porto, espera aumentar a geração de caixa em montante suficiente que garanta a continuidade de suas operações.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP; e as demonstrações financeiras individuais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, e controladas em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando de acordo com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional adotada e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

2.3 Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativo biológico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram preparadas com base nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis baseando-se no pronunciamento CPC 36 (IAS 27) – Demonstrações Consolidadas. O quadro de participações está demonstrado a seguir:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Controladas e Controladas em Conjunto	Atividade Principal	Local de constituição e Operação	Controle	Participação e capital votante detidos - %	
				31.12.2012	31.12.2011
Battistella Adm.de Bens Ltda. (*1)	Compra e venda imóveis	Curitiba/PR	direto	0,00%	100,00%
Battistella Ind.e Com. Ltda.	Com.atacadista de madeira e produtos derivados	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	Participações em outras sociedades	Rio Negrinho/SC	direto	100,00%	100,00%
Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa (*2)	Atividades de produção florestal	Rio Negrinho/SC	direto	0,00%	99,29%
Portinvest Participações S.A.	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	conjunto	60,00%	60,00%
Itapoá Terminais Portuários S/A	Operações com terminais portuários	Itapoá/SC	indireto	42,00%	42,00%
Tangará Participações Ltda.	Holding	Curitiba/PR	direto	100,00%	100,00%
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	Ind. e comércio de máquinas, veículos e	Colombo/PR	direto	100,00%	100,00%
Battrol Distr.e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	Comércio de rolamentos e prods correlatos, prestação serv assist.técnica	São Paulo/SP	direto	100,00%	100,00%
Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda (*3)	Administração de bens, títulos, direitos e renda	Curitiba/PR	direto	0,00%	100,00%
Battistella Distrib. e Ind. de Peças Equipamentos Ltda. (*4)	Com.Distrib.e Prestação de Serviço no segmento de Energia Auxiliar	São Paulo/SP	direto	0,00%	100,00%

(*1) Empresa baixada em setembro de 2012.

(*2) Empresa alienada em dezembro de 2012

(*3) Empresa baixada em julho de 2012.

(*4) Empresa alienada em fevereiro de 2012.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Itapoá Terminais Portuários S/A estão consolidados de forma proporcional na empresa Portinvest Participações S/A (“Itapoá”, “Porto” ou “controlada em conjunto”), a qual detem 70% do capital daquela empresa. Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Portinvest Participações S/A (“Portinvest”) estão consolidados de forma proporcional na empresa Battistella, que detem 60% do capital da Portinvest (vide nota explicativa 12).

b. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, no caso da venda de caminhões e ônibus, a receita de vendas é reconhecida quando tais produtos são entregues aos clientes, e a titularidade legal do ativo é transferida.

As receitas decorrentes das vendas de outros produtos são reconhecidas quando da entrega e transferência legal da titularidade dos mesmos.

Serviços

As receitas por serviços de assistência técnica prestados são reconhecidas no resultado do exercício por ocasião da conclusão total da prestação do serviço, não havendo qualquer incerteza sobre a sua aceitação pelo cliente.

No Porto, a receita de serviços é reconhecida a medida que a movimentação dos contêineres é efetuada ou a medida que o tempo de armazenagem transcorre. Quando há incerteza com relação a mensuração dos serviços ou a materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

c. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contrato de arrendamento financeiro são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

e. Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base em análise do percentual histórico de perda dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A Companhia efetua o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, sobre as operações de longo e curto prazo, quando houver efeito relevante. A taxa de desconto utilizada reflete o efeito do dinheiro no tempo e toma como base taxas de mercado.

f. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, conforme a classificação dos ativos e passivos financeiros.

g. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

h. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício, com exceção da Modo Battistella Reflorestamento S.A. – MOBASA que apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é

calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período.

i. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis, utensílios, equipamentos e veículos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais relativos ao processo de construção e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com o requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 20 – Custo dos Empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme descrito na nota explicativa 13, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Na vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas

na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

j. Propriedade para investimentos

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimentos são mensuradas ao custo, incluindo os custos da transação. O valor refere-se a prédios e barracões que constituem uma fábrica de produtos de madeira, situada no município de Lages – SC, de propriedade da Controlada Battistella Indústria e Comércio Ltda. A vida útil remanescente representa em média 33 anos, ou seja, uma depreciação média de 3% ao ano. O valor justo foi determinado com base em laudo de avaliação preparado por empresa terceirizada, e aproxima-se do valor contábil registrado em 2011 e 2012.

k. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

l. Ativo biológico

Os ativos biológicos corresponderam a florestas de pinus, quando estas eram destinadas para produção de madeira serrada, além de venda para terceiros, quando exauridos. O processo de manejo florestal, colheita e replantio para plantios novos tinha um ciclo aproximado de 20 anos, variável com base na cultura e material genético a que se referia. Os ativos biológicos foram mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa 14.

A mensuração dos ativos biológicos foram feitas semestralmente, desde que não houvessem indicativos ou indícios de mudanças significativas pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado no período em que ocorreram, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “variação do valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo foi determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

m. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

o. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

p. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

q. Ativos financeiros

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Classificam-se como ativos financeiros as quatro categorias a seguir:

- a.** ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, mostrando separadamente (i) aqueles designados dessa forma no reconhecimento inicial e (ii) os classificados como mantidos para negociação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- b.** investimentos mantidos até o vencimento;
- c.** empréstimos e recebíveis;
- d.** ativos financeiros disponíveis para venda;

Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Tiver sido adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- Se o reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- Seja um derivativo não designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- Se o ativo financeiro fizer parte de uma Companhia, gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e
- Se o desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Se fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica “Receita Financeira”, na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23.

Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, e adiantamentos diversos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório, caso sejam identificados indicadores de redução do valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

r. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Empréstimos e Recebíveis”.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi adquirido principalmente para recompra no curto prazo;
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro seja parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou
- Ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Despesas Financeiras”, na demonstração do resultado. O passivo financeiro nessa categoria, trata-se basicamente, de swap de taxa de juros. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa 23

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

s. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, “swaps” de taxa de juros e de moedas. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

t. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada ou está

mantida para venda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração dos fluxos de caixa são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

u. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v. Lucro básico por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação do período com base na atribuição do resultado do exercício as ações ordinárias emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades em circulação durante o período.

2.4 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e sua controlada estão mencionadas abaixo. A Companhia e sua controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

Norma IFRS	Descrição	Exercícios iniciados em/ou após:
Amendments to IAS 01 Presentation of financial statements	<p>Presentation of Items of Other Comprehensive Income</p> <p>As alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> exigir que uma entidade apresente separadamente os itens dos outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para lucro ou prejuízo no futuro daqueles que nunca seriam reclassificados para lucro ou prejuízo. Consequentemente, uma entidade que apresenta itens dos outros resultados abrangentes antes dos efeitos fiscais relacionados também terá que alocar o valor do imposto agregada entre essas seções; não alterar a opção existente para apresentar o lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes em duas declarações, e alterar o título da Demonstração do Resultado Abrangente para Demonstração do lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes. Entretanto, ainda é permitido a entidade o uso de outros títulos. <p>Alguns exemplos de itens Outros Resultados abrangentes que podem ser reclassificados nos lucros ou prejuízos são diferenças em moeda estrangeira na alienação de uma unidade operacional estrangeira e os ganhos ou perdas de títulos disponíveis para venda os ativos financeiros ou hedge de fluxo de caixa. Exemplos de itens outros resultados abrangentes que nunca seriam reclassificados para lucro ou prejuízo são as mudanças em um excedente de revaluation reconhecido de acordo com a IAS 16 Ativo imobilizado e ganhos e perdas atuariais em planos de pensão de benefício definido reconhecidos de acordo com a IAS 19 Benefícios dos Empregados.</p>	01.07.2012
	<p>Government Loans</p> <p>A alteração contempla exceção para a aplicação retrospectiva das IFRSs na mensuração de empréstimos governamentais para as entidades que estão adotando as IFRSs pela primeira vez. As alterações tratam da permissão para a aplicação dos requerimentos de mensuração das normas que tratam de instrumentos financeiros (IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement ou IFRS 9 – Financial Instruments, se aplicável), para um empréstimo governamental com taxa de juros abaixo do mercado, de forma prospectiva, a partir da data de transição às IFRSs.</p> <p>De forma alternativa, o adotante pela primeira vez pode eleger aplicar os requerimentos de mensuração para um empréstimo governamental retrospectivamente, se as informações necessárias foram obtidas quando ele registrou inicialmente o empréstimo. Esta opção está disponível empréstimo a empréstimo.</p> <p>Estas alterações não impedem o adotante pela primeira vez de utilizar a isenção existente na IFRS 1 de designar instrumentos financeiros previamente reconhecidos ao seu valor justo, através do resultado.</p>	01.01.2013
Amendments to IFRS 7 CPC Correspondente CPC 40 (R1)	<p>As alterações incluem requisitos mínimos de divulgação relacionados a ativos e passivos financeiros que são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - compensados no balanço patrimonial; ou - sujeito a disposições de acordos de compensação ou acordos similares. <p>As alterações incluem uma reconciliação dos valores brutos e líquidos dos ativos e passivos financeiros, mostrando separadamente os valores compensados e não compensados no balanço patrimonial.</p>	01.01.2013
IFRS 10 Consolidated Financial Statements CPC Correspondente CPC 36 (R3)	<p>IFRS 10 fornece um modelo único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas, incluindo as entidades que são SPEs no escopo do SIC 12.</p> <p>As principais mudanças são:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Avaliação da existência de controle será significativamente baseada em julgamento. -O modelo de controle único aplica-se a todas as investidas. -A identificação de controle sob uma investida pode ser alterada quando diversos investidores têm a capacidade de dirigir diferentes atividades da investida. 	01.01.2013

Norma IFRS	Descrição	Exercícios iniciados em/ou após:
	<p>-Definição de controle de fato está incluído no modelo.</p> <p>-Avaliação de controle baseada em direitos de voto potenciais substantivos em contraposição aos direitos de voto potenciais atualmente exercíveis.</p> <p>-Exposição ou o direito à variabilidade de retorno substitui o conceito de benefício.</p> <p>-Guidance na definição de “agente versus principal” introduzida explicitamente.</p> <p>-Guidance para o investidor avaliar a existência de poder sobre um silo em vez de sobre pessoa jurídica como um todo.</p> <p>-Direitos de proteção são definidos e uma orientação explícita sobre direitos de destituição da administração é introduzida.</p>	
IFRS 11 Joint Arrangements CPC Correspondente CPC 19 (R2)	<p>O IFRS 11 introduziu 2 aspectos, sendo:</p> <p>- é extraído do IAS 31 as entidades controladas em conjunto, em que embora haja veículos separados, essa separação não é efetiva por alguma razão. Esses acordos são tratados como ativos/operações controladas em conjunto, no IFRS 11 chamados de operações conjuntas.</p> <p>- as entidades que não se enquadrem como uma operação conjunta, deverão ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (i.e. não é mais permitida a consolidação proporcional).</p>	01.01.2013
IFRS 12 Disclosure of Interests in Other Entities CPC Correspondente CPC 45	<p>O IFRS 12 contém requerimentos de divulgação bastante extensas para entidades que possuem participações em subsidiárias, joint arrangements, coligadas e/ou entidades não consolidadas.</p> <p>As divulgações exigidas têm como objetivo fornecer informações para possibilitar com que os usuários avaliem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades. - as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas. <p>-novas divulgações sobre entidades estruturadas não consolidadas.</p> <p>-os efeitos dessas participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.</p>	01.01.2013
Amendments to IFRS 10, 11 and 12	<p>Consolidated Financial Statements, Joint Arrangements and Disclosure of Interests in Other Entities: Transition Guidance</p> <p>As alterações limitam-se a rerepresentação dos comparativos ao período imediatamente anterior. As entidades que divulgam comparativos para mais de um período têm a opção de manter os períodos comparativos adicionais não alterados.</p> <p>Adicionalmente, a data de aplicação inicial é agora definida na IFRS 10 como o início do período anual de reporte em que a norma é aplicada pela primeira vez. Se a conclusão quanto à consolidação de uma investida não se altera nesta data, então nenhum ajuste aos períodos anteriores é requerido.</p> <p>Esta alteração evita ajustes de consolidação retrospectiva de participação controladora em entidades que foram vendidas durante o período comparativo anterior, por exemplo.</p>	01.01.2013
Amendments to IAS 27 (2011) CPC Correspondente CPC 35 (R2)	<p>As alterações do IAS 27 tem o objetivo de estabelecer a contabilização e divulgação de investimentos em subsidiárias, joint ventures, e coligadas quando uma entidade optar, ou for exigida pelos regulamentos locais, apresentar demonstrações financeiras separadas.</p>	01.01.2013
Amendments to IAS 28 (2011) CPC Correspondente CPC 18 (R2)	<p>O objetivo do IAS 28 (revisado em 2011) é o de prescrever a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial quando contabilização de investimentos em coligadas e joint ventures. [IAS 28 (2011).1]</p>	01.01.2013

Norma IFRS	Descrição	Exercícios iniciados em/ou após:
Amendments to IAS 32 (2011)	<p>As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros.</p> <p>Estas alterações endereçam as inconsistências encontradas na prática quando aplicados os critérios de compensação no IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação.</p> <p>As alterações esclarecem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o significado de “dispõe de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido” (<i>currently has a legally enforceable right of set-off</i>); e • que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. <p>As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e sua aplicação retrospectiva é requerida.</p> <p>As alterações são parte do projeto de compensação do IASB. Como parte desse projeto, o IASB emitiu também separadamente <i>Disclosures—Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities</i> (Amendments to IFRS 7), as alterações deste IFRS irá conter novos requerimentos de divulgação para ativos financeiros e passivos financeiros sendo eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> • compensação na demonstração financeira; ou • sujeitas a acordos principais de compensação ou acordos semelhantes. 	01.01.2014
IFRS 9: Financial Instruments (replacement of IAS 39)	<p>IFRS 9 mantém mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base da classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada.</p>	01.01.2015

3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a obrigação contratual da Companhia manter esses ativos até o vencimento.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a, seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

São constituídos pelos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras referem-se basicamente a aplicações pós fixadas e de liquidez imediata, sem perdas significativas no resgate antecipado, contratados em bancos de “1ª linha”. As aplicações financeiras são atualizadas considerando o custo acrescido de juros ajustados ao valor justo, quando aplicável, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado abaixo:

Instituição financeira	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e bancos		15.807	11.837	27.764	18.447
Aplicações financeiras de liquidez imediata					
HSBC Bank Brasil S/A (a)	CDB	700	-	3.156	291
Banco Votorantim S/A	CDB	3.508	-	3.508	-
Banco Bradesco S/A	CDB	-	3.191	-	3.191
Outros	CDB	3.782	-	3.782	-
Sub-total		7.990	3.191	10.446	3.482
Total caixa e equivalente de caixa		23.797	15.028	38.210	21.929

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondente a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI, com taxa média anual aproximada de remuneração de 100% (100% em 31 de dezembro de 2011).

As aplicações financeiras em CDB podem ser resgatadas imediatamente sem penalidade de juros, possuindo liquidez diária.

5 Aplicações financeiras

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Controladora		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Banco Votorantim (c)	CDB	-	5.427	-	5.427
Banco Mercantil do Brasil (a)	CDB	1.343	931	1.343	931
Deutsche Bank S/A (b)	LFT	-	-	-	4.409
Banco do Brasil S/A (d)	CDI	-	-	410	-
Total aplicações		1.343	6.358	1.753	10.767
Total circulante		1.343	6.358	1.753	6.392
Total não circulante		-	-	-	4.375

- (a) O saldo no valor de R\$ 1.343 no Banco Mercantil do Brasil é garantidor de empréstimo junto à Battistella Administração e Participações S/A, com vencimento final em dezembro de 2012 (vide nota explicativa 17).
- (b) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Letras Financeiras do Tesouro – LFT, indexada à SELIC. Tais aplicações financeiras são liberadas de acordo com as necessidades de recursos para a construção do Porto e custos fixos da Companhia, após a aprovação pelo Conselho de Administração e pelo Agente Fiduciário da Cédula de Crédito Bancário – CCB. A partir de 2011 a controlada em conjunto, Itapoá Terminais Portuários S.A., realizou depósitos garantidores até maio de 2012, a título de fundo de reserva ao valor equivalente ao maior valor de parcela a pagar de sua CCB a qual será resgatado ao final do prazo deste financiamento.
- (c) O saldo junto ao Banco Votorantim em 31 de dezembro de 2011 era garantidor de empréstimo na Controladora, o qual foi liquidado antecipadamente em março de 2012.
- (d) A aplicação no banco do Brasil refere-se a depósito vinculado a título de fundo de reserva, em valor equivalente ao valor da maior parcela de amortização do CCB do Porto Itapoá. O saldo do depósito vinculado permanecerá aplicado em modalidades de investimento com remuneração que se aproxima à taxa de CDI.

6 Contas a receber de clientes

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Clientes mercado interno	102.717	67.109	106.718	76.893
Clientes do mercado externo	-	-	3.760	2.134
Títulos de crédito (a)	4.309	4.233	4.435	4.684
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.713)	(560)	(2.093)	(3.194)
(-) Ajuste a valor presente	(114)	(132)	(123)	(161)
Total clientes	105.199	70.650	112.697	80.356

- (a) Os títulos de crédito são compostos, basicamente, por cheques endossados, notas promissórias endossadas, duplicatas e outros títulos, gerados nos processos de vendas, especialmente da área de revenda de veículos.

O prazo médio de crédito na venda de produtos foi de 46 dias em 31 de dezembro de 2012 (45 dias em 2011).

Os valores de contas a receber dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

As duplicatas descontadas e as operações de vendor estão demonstradas como empréstimos e financiamentos no passivo.

A composição das contas a receber, por idade de vencimento, é como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
A vencer	104.603	66.916	111.707	75.097
Vencidos até 30 dias	1.402	1.507	2.045	3.033
Vencidos de 31 a 60 dias	119	508	148	801
Vencidos de 61 a 90 dias	189	72	214	136
Vencidos de 91 a 120 dias	713	200	720	250
Vencidos de 121 a 150 dias		86	4	364
Vencidos a + de 151 dias		2.053	75	4.030
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.713)	(560)	(2.093)	(3.194)
(-) Ajuste a valor presente	(114)	(132)	(123)	(161)
Total clientes	105.199	70.650	112.697	80.356

O critério para constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa baseou-se na perda histórica dos últimos três exercícios. A Administração considera o montante da provisão suficiente para cobrir eventuais perdas.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de despesas com vendas.

Abaixo, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	(560)	-	(3.194)	(4.363)
Saldo decorrente da Incorporação	-	(595)	-	-
Constituição	(1.153)	(224)	(172)	(3.817)
Classificação para Operação				
Descontinuada	-	-	-	1.310
Reversão	-	259	1.273	3.676
Saldo final	(1.713)	(560)	(2.093)	(3.194)

7 Valores a receber de arrendamento mercantil

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Recebíveis de arrendamento financeiro - circulante	114	3.135	114	3.135
Recebíveis de arrendamento financeiro - não circulante	-	147	-	147
Total a receber de arrendamento mercantil	114	3.282	114	3.282

Contratos de arrendamento

Em 2007 e 2008 a Battistella Logística adquiriu veículos novos com o objetivo de arrendar esses mesmos veículos. A vigência dos contratos é de 5 anos (60 meses), sem a transferência de propriedade no final.

Classificação do arrendamento

No contrato de arrendamento mercantil todos os riscos inerentes ao bem são de responsabilidade do arrendatário, não havendo qualquer responsabilidade da Battistella sobre o pagamento de seguros, licenciamento, manutenção dos veículos.

Portanto, conforme definição do arrendamento mercantil financeiro caracteriza-se pela transferência substancial dos riscos e também dos benefícios inerentes à propriedade de um ativo.

Considerando que os veículos têm a maior parte da vida econômica transferida para o arrendatário, os riscos são substancialmente transferidos ao arrendatário e o valor presente dos pagamentos se aproxima do valor justo do bem, conforme previsto no ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 E SIC 27) – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento. A referida operação foi registrada como arrendamento mercantil financeiro pela arrendadora (Battistella).

Recebíveis de arrendamento financeiro

Descrição	Pagamentos mínimos à valor presente			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Em até 01 ano	114	3.551	114	3.551
Entre 02 a 05 anos	-	152	-	152
Menos: resultado financeiro não incorrido	-	(421)	-	(421)
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	114	3.282	114	3.282

Não haviam valores residuais não garantidos de bens arrendados por meio de arrendamento financeiro no final do período de relatório em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.552 em 31 de dezembro de 2011).

A taxa de juros do arrendamento é determinada na data do contrato para todo o período do arrendamento. A taxa de juros média implícita dos contratos é de aproximadamente 9,90% ao ano.

Os saldos de crédito a receber de arrendamento financeiro no período de divulgação não estão vencidos ou não apresentam perdas de recuperação ao valor recuperável.

8 Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Produtos acabados	-	-	1.341	1.724
Mercadorias para revenda	13.817	18.958	14.140	19.497
Estoques em elaboração	-	-	1.739	1.368
Matérias primas	-	-	226	65
Quotas de consórcios de bens duráveis (a)	612	399	612	399
Outros estoques	44	66	1.629	1.573
Sub-total	14.473	19.423	19.687	24.626
Provisão p/obsolescência e desvalorização dos estoques (b)	(472)	(341)	(1.533)	(1.479)
Total Geral	14.001	19.082	18.154	23.147

- (a) As quotas de consórcios de bens duráveis referem-se a valores pagos à Scania Administradora de Consórcios para aquisição futura de veículos, os quais serão destinados a revenda.
- (b) Provisão para obsolescência dos estoques: calculado com base nos estoques sem movimentação acima de um ano e que não podem ser utilizados em outros processos de fabricação ou sem movimentação.

Provisão p/desvalorização dos estoques: constituída na empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., com base nos produtos que apresentaram valor líquido realizável inferior aos custos registrados contabilmente.

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

9 Impostos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PIS (f)	9	40	1.551	1.564
Cofins (f)	41	57	7.512	8.016
Finsocial (a)	-	-	5.564	4.989
IPI (b)	-	-	873	841
Imposto de Renda (c)	4.049	552	5.321	2.396
Contribuição Social	1.454	1	1.473	29
ICMS (b)	158	166	4.701	5.979
INSS (d)	-	304	1.782	2.104
(-) Provisão para não realização (e)	-	-	(2.076)	(2.076)
Total Impostos a recuperar	5.711	1.120	26.701	23.842
Total circulante	(5.613)	(716)	(8.636)	(4.113)
Total não circulante	98	404	18.065	19.729

- (a) Refere-se a recolhimento de Finsocial feito a maior, cuja recuperação já foi decidida judicialmente de forma final e homologada pela Receita Federal e estão disponíveis para compensação com outros tributos federais pela Companhia. O mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante, pois a Companhia está avaliando a melhor forma de compensação desses créditos.
- (b) Os valores de ICMS e IPI referem-se a créditos oriundos das operações das Companhias, registrados nos respectivos livros fiscais. Parte desses créditos, no valor de R\$ 5.513, foram classificados no ativo não circulante no montante de em virtude da capacidade das Controladas em compensar esses montantes no período após doze meses. Dos créditos de ICMS da empresa Battistella Indústria e Comércio Ltda., o montante de R\$ 2.598 foi homologado pelo Estado de Santa Catarina, dos quais R\$ 1.437 já foram negociados com terceiros e baixados do saldo, com deságio de R\$ 102.
- (c) Refere-se, principalmente a antecipação de imposto de renda e contribuição social em 2012 pela Controladora.
- (d) Refere-se basicamente a INSS a recuperar de pagamentos a maior, realizados pela Battistella Trading S/A, a qual está avaliando a forma de compensação desse crédito, o mesmo encontra-se classificado no ativo não circulante.
- (e) A provisão foi constituída com base em estudos para a realização de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme mencionado na nota (f) a seguir.

- (f) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, principalmente, a créditos extemporâneos dos anos de 2006 a 2011, previsto na legislação e não utilizados pela Companhia. Dentre as opções para utilização dos créditos mencionados acima, o departamento jurídico da Companhia está realizando estudos visando melhor aproveitamento através de transferências de atividades operacionais entre as empresas da Companhia e incorporação de empresas, e pedido de restituição e habilitação junto às autoridades fiscais no Brasil. Os estudos efetuados pela Administração indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 2.076 (R\$ 2.076 em 2011) para cobrir eventuais perdas pela realização desses ativos por valor inferior ao registrado contabilmente.

10 Outras contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pyatov Participações Ltda (a)	-	2.814	-	2.814
SDMO do Brasil Ltda (b)	7.077	-	7.077	-
Rio Negrinho Participações S/A (c)	-	-	18.505	-
Valores a receber controladas (d)	14.424	208	-	-
Outros	1.829	720	2.017	720
Total outras contas a receber	23.330	3.742	27.599	3.534
Total circulante	(17.255)	(3.615)	(3.019)	(3.407)
Total não circulante	6.075	127	24.580	127

- (a) Refere-se ao saldo do valor a receber pela venda das ações da empresa Vale Rio Canoas Silvicultura e Extração S/A para a empresa Pyatov Participações Ltda. em 29 de dezembro de 2010, pelo valor de US\$ 23.100.000. O saldo a receber remanescente para 2012 referente a US\$ 1.500.000 foi baixado pela “recompra” das florestas Santa Úrsula e Santa Luzia na data de 4 de junho de 2012 (vide nota explicativa 1).
- (b) Refere-se ao valor a receber da SDMO do Brasil pela venda da empresa Battistella Distribuidora, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, da seguinte forma:
- O valor de R\$ 1.077 refere-se a crédito tributário decorrente de precatório a favor da empresa, recebido de ação contra o Estado de São Paulo, cujo valor será recebido da SDMO em até sete dias úteis do efetivo recebimento ou utilização, quando ocorrer.
 - O valor de R\$ 6.000 ficará em uma conta de depósito em garantia que deverá ser mantido por um período mínimo de seis anos como garantia das obrigações de indenização, quando ocorrerem.
- (c) Refere-se a saldo a receber da empresa Rio Negrinho Participações S/A pela venda das ações da empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A.- Mobasa, depositado em uma conta controlada (*Escrow*) e que serão movimentados e liberados nos termos do contrato de venda e compra, sob administração do depositário, conforme descrito na nota explicativa 1.c.
- (d) Vide nota explicativa 11.

11 Transações com partes relacionadas

As transações entre empresas da Companhia mantidas na controladora podem ser resumidas como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
ATIVO		
Circulante		
Incluído em dividendos ou lucros a receber (a)		
Battistella Trading S.A. – Comércio Intern.	-	6.349
	<u>-</u>	<u>6.349</u>
Incluído em outras contas a receber		
Battistella Distr.Ind.P.Equiptos Ltda. (b)	-	208
Battistella Indústria e Comércio Ltda. (c)	14.424	-
	<u>14.424</u>	<u>208</u>
Total ativo circulante	<u>14.424</u>	<u>6.557</u>
Não circulante		
Incluído em dividendos ou lucros a receber (a)		
Battistella Trading S.A. – Comércio Intern.	6.349	-
	<u>6.349</u>	<u>-</u>
Incluído no saldo de créditos com pessoas ligadas - mútuo (d)		
Portinvest Participações S/A	-	11.960
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	113	-
	<u>113</u>	<u>11.960</u>
Total ativo não circulante	<u>6.462</u>	<u>11.960</u>
	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO		
Circulante		
Incluído em credores diversos		
Battistella Indústria e Comércio Ltda. (e)	-	14.132
	<u>-</u>	<u>14.132</u>
Incluído em dividendos a pagar (f)		
Mellya Participações	292	292
Outros diversos	11	11
	<u>303</u>	<u>303</u>
Total passivo circulante	<u>303</u>	<u>14.435</u>

RESULTADO	31.12.2012	31.12.2011
Receita prestação de serviços		
Portinvest Participações S/A	-	36
	<u>-</u>	<u>36</u>
Receita financeira sobre mútuo (c)		
Modo Battistella Reflorest.S.A. – Mobasa	919	2
Battistella Distr.Ind.P.Equipos Ltda.	-	66
Portinvest Participações S/A	-	213
Battistella Adm. E Partic. S/A.	1.960	-
	<u>2.879</u>	<u>281</u>
Despesa financeira sobre mútuo (c)		
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	980	-
Battistella Logística Ltda.	-	24
Modo Battistella Reflorest.S.A. – Mobasa	52	20
Battistella Distr.Ind.P.Equipos Ltda.	-	-
Battistella Veículos Pesados Ltda	-	-
Portinvest Participações S/A.	1.920	-
Battrol Distr.Imp.Rol.Peças Ltda.	-	504
	<u>2.952</u>	<u>548</u>
Despesa financeira (f)		
Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	1.626	343
Rateio - despesas (b)		
Battistella Indústria e Comércio Ltda.	1.894	817
Modo Battistella Reflorest.S.A. – Mobasa	674	596
Battistella Administração e Partic. S/A.	18.034	-
Battistella Distr.Ind.P.Equipos Ltda.	-	3.617
Battistella Logística Ltda.	-	2
Battistella Veículos Pesados Ltda.	-	12.019
	<u>20.602</u>	<u>17.051</u>

- (a) Referem-se a valores a receber entre a Controladora e as empresas ligadas decorrentes de distribuição de dividendos. Conforme estatuto da Companhia, os dividendos que não forem reclamados após três anos da publicação do ato societário onde tal dividendo foi aprovado, serão revertidos em favor da Companhia. O saldo foi transferido para o não circulante uma vez que a expectativa de recebimento supera 360 dias.
- (b) Referem-se a valores a receber e a pagar entre a Controladora e empresas ligadas, originados pelo Convênio de compartilhamento de recursos, esforços e rateio de despesas comuns entre si que celebram as empresas do Conglomerado Battistella, firmado em 2 de janeiro de 2008. O Convênio tem por objetivo estabelecer critérios e parâmetros que obrigam as empresas controladas a reembolsar a empresa Controladora relativamente aos recursos e esforços despendidos por esta com a finalidade de viabilizar a realização das atividades administrativas de forma centralizada, bem como a implementação de atividades ou empreendimentos comuns.
- (c) Saldo a receber da controlada BIC, decorrente da transação descrita na nota explicativa 1, ocorrida no dia 13 de dezembro de 2012, a ser liquidada em 180 dias, sem juros.
- (d) Os contratos de mútuo estão sendo atualizados à taxa de 100% e de 102% CDI ao mês. Os vencimentos desses contratos estão previstos para meados de 2013, com possibilidade de prorrogação por mais dois anos, exceto pelo contrato com a Portinvest Participações S/A que possui prazo de 5 anos com vencimento em 2017.
- (e) Em 2012 foram realizadas algumas operações com a finalidade de concentrar todos os ativos que foram alienados na empresa Mobasa, pois ela já detinha a maior parte dos ativos florestais, os quais foram liquidados quando da conclusão do referido projeto, conforme descrito na nota explicativa 1.c.

- (f) Referem-se, principalmente, a dividendos a pagar na Controladora do ano de 2007 e de dividendos da então controlada MOBASA, para não controladores.
- (g) Refere-se a despesas com aval sobre garantias de empréstimos dadas a Controladora.

As transações entre empresas da Companhia mantidas no consolidado com partes relacionadas, não eliminadas para fins de consolidação, podem ser resumidas como segue:

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
PASSIVO		
Circulante		
Incluído em dividendos a pagar (e)		
Mellya Participaciones SL	292	292
Outros na controladora	11	11
Não controladores da empresa Modo Battistella	-	272
	303	575
	Consolidado	Consolidado
	31.12.2012	31.12.2011
RESULTADO		
Despesa financeira (g)		
Aliança Battistella Agrop. e Adm. Bens	1.626	320

Vendas de produtos e serviços entre empresas

Ocorreram as seguintes operações de vendas de produtos e serviços entre empresas relacionadas:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Vendas	Compras	Vendas	Compras
Battistella Ind.e Comércio Ltda	-	3.088	382	7.573
Modo Battistella Reflorest. S/A – Mobasa	3.088	-	7.570	-
Battistella Veículos Pesados Ltda	-	-	65	4
Battistella Distr.Ind.Peças Eqptos Ltda	-	-	7	447
	3.088	3.088	8.024	8.024

Nas transações comerciais com partes relacionadas, a Companhia utiliza preços e prazos definidos entre as partes. Para fins de consolidação, 100% dos valores foram eliminados.

Remuneração dos Administradores

Remuneração e benefícios da administração **Remuneração**

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de administração	2.856	2.505
Diretoria	1.443	709
	4.299	3.214

	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de administração	3.552	2.589
Diretoria	3.516	2.653
	7.068	5.242
<u>Benefícios</u>		
	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de administração (a)	356	249
Diretoria (b)	137	107
	493	356
	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de administração (a)	512	179
Diretoria (b)	205	228
	717	407

A remuneração da administração é fixada pelo Conselho de Administração em Assembléia Geral Ordinária – AGO de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Desta forma, na AGO realizada 20 de abril de 2012 foi deliberado o montante da remuneração global anual do Conselho de Administração e da Diretoria fixada em R\$ 6.300 para a Controladora no exercício de 2012. A remuneração fixada para o exercício de 2011 correspondia a R\$ 4.800.

A remuneração da administração (benefícios de curto prazo) contempla os honorários dos respectivos conselheiros, honorários e remuneração dos diretores. Os referidos montantes estão registrados na rubrica “Honorário dos Administradores”.

A Companhia não possui plano de previdência ou remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações.

- (a) Refere-se a gastos com plano médico
- (b) Refere-se a gastos com plano médico e aluguel de veículo.

12 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

a. Consolidação Proporcional - Sociedades controladas em conjunto:

a.1 Portinvest Participações S/A

Conforme Estatuto Social da Portinvest, Ata sumária da 12ª Assembléia Geral Extraordinária, de 23 de junho de 2009, a aprovação das matérias que estão sujeitas ao quorum qualificado nas sociedades investidas dependerá de prévia aprovação pelo Conselho de Administração, composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios da Portinvest. As decisões não são

tomadas exclusivamente por um dos sócios, sendo que o mecanismo de tomada das decisões compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas da empresa Portinvest Participações S/A estão consolidadas nestas demonstrações financeiras na proporção da participação no seu capital social (60%), já que se refere a sociedade controlada em conjunto.

A Portinvest detem 70% de participação na empresa Itapoá Terminais Portuários. Na Itapoá, o Conselho de Administração é composto por membros escolhidos em conjunto pelos sócios. As decisões não são tomadas por um dos sócios exclusivamente, e sim, compete a um órgão colegiado composto por representantes dos acionistas.

b. A movimentação dos investimentos em controladas, apresentado nas demonstrações financeiras da Controladora, é como segue:

	Saldo 31.12.2011	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Baixas / Transf	31.12.2012
Battistella Adm.de Bens Ltda. (a)	10	-	-	(10)	-
Battistella Ind.e Com. Ltda.	10.562	79.318	66.860	(112.499)	44.241
Battistella Trading S.A – Com. Intern.	17.320	187	(26.559)	-	(9.052)
Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa (b)	88.077	-	(677)	(87.400)	-
Portinvest Participações S.A.	490	56.242	(2.957)	(48.306)	5.469
Tangará Participações Ltda.	6	-	-	-	6
Battistella Ind.Com.Máquinas Ltda.	(1.053)	225	(323)	-	(1.151)
Battrol Distr..e Imp.de Rol.e Peças Ltda.	(674)	347	(455)	-	(782)
Rio Passaúna Adm de Bens Ltda (c)	1	-	-	(1)	-
Outros investimentos mantidos ao custo	2	-	-	-	2
Total	114.741	136.319	35.889	(248.216)	38.733
Investimento no ativo	116.468	135.684	47.912	(248.140)	51.924
(-) Provisão para passivo a descoberto em controlada	(1.727)	635	(12.023)	(76)	(13.191)
Saldo líquido do investimento	114.741	136.319	35.889	(248.216)	38.733

Abaixo demonstramos as informações financeiras das empresas investidas:

	Battistella Ind.e Com. Ltda.	Modo Battistella Refl.S/A - Mobasa	Battistella Distr.Ind. P.Equipos Ltda.	Portinvest Participações S.A.	Battistella Máquinas Ind. e Com. Ltda.	Battrol Distr..e Imp.de Peças Ltda.	Tangará Participações Ltda.	Battistella Trading S.A – Com. Intern.
Ativo	103.534	-	-	255.794	349	1.328	6	2.698
Passivo	59.294	-	-	206.640	1.492	2.117	-	13.811
Patrimônio líquido	44.240	-	-	49.154	(1.143)	(789)	6	(11.113)
Receita	81.447	28.765	9.056	33.538	-	-	-	-
Resultado do exercício	66.723	(783)	28	(29.554)	(305)	(340)	-	(28.619)

- (a) A empresa Battistella Administradora de Bens Ltda, que iniciou suas atividades em 23 de novembro de 2007, foi encerrada em 1º de agosto de 2012, sendo que na data do seu encerramento, a empresa possuía patrimônio líquido de R\$ 10. Cada um dos sócios recebeu, na data do Distrato, citada acima, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade, conforme contrato de distrato.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa 1.c, a empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa foi vendida para a empresa Rio Negrinho Participações S/A em 13 de dezembro de 2012.
- (c) A empresa Rio Passaúna Administradora de Bens Ltda, que iniciou suas atividades em 29 de março de 2011, foi encerrada em 27 de junho de 2012, sendo que na data do seu encerramento, a empresa possuía patrimônio líquido de R\$ 1. Cada um dos sócios recebe, no ato do distrato, o valor correspondente a sua participação no patrimônio líquido da sociedade, conforme contrato de distrato.

13 Imobilizado

Controladora

Descrição	Custo	Depreciação	Líquido	
		Acumulada	31.12.2012	31.12.2011
Imobilizado				
Terrenos	870	-	870	870
Imóveis	12.685	(2.223)	10.462	10.667
Máquinas, equipamentos e instalações	2.874	(2.210)	664	729
Veículos	805	(482)	323	234
 Móveis, utensílios e ferramentas	5.831	(3.633)	2.198	2.097
Computadores e periféricos	3.458	(2.936)	522	757
Benfeitorias em bens de terceiros	2.340	(1.834)	506	570
Outras imobilizações	1.276	(801)	475	558
Total	30.139	(14.119)	16.020	16.482

Consolidado

Descrição	Custo	Depreciação	Redução ao	Líquido	
		Amortização	Valor	31.12.2012	31.12.2011
		Acumulada	Recuper. (Impairment)		
Imobilizado					
Terrenos	14.704	-	-	14.704	23.075
Imóveis	176.812	(16.268)	-	160.544	147.586
Máquinas, equipamentos e instalações					
(a)	93.736	(42.804)	(13.227)	37.705	47.826
Veículos	12.443	(7.166)	-	5.277	6.057
Móveis, utensílios e ferramentas	8.882	(5.825)	-	3.057	3.135
Computadores e periféricos	6.198	(4.052)	-	2.146	2.030
Benfeitorias em bens de terceiros	2.340	(1.833)	-	507	570
Outras Imobilizações	4.342	(3.813)	-	529	1.349
Imobilizações em andamento (b)	2.976	-	-	2.976	20.021
Total	322.433	(81.761)	(13.227)	227.445	251.649

- (a) Em 2009, em função das novas diretrizes da Companhia, houve a redução das atividades com madeira serrada da Battistella Indústria e Comércio Ltda.. A Administração determinou que as estruturas permanecessem instaladas, prontas para reativação, caso haja um reaquecimento desse mercado. Entretanto, devido à existência de bens desativados, e ativos imobilizados operando com baixo volume de produção, a Administração elaborou, naquele ano, estudos com base em suas análises dos fluxos de caixa preparados de acordos com a projeção orçamentária aprovada pela Administração de acordo com o pronunciamento contábil CPC 1 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para verificar se os ativos com essas características estão registrados por valor superior aquele possível de ser recuperado por uso ou venda. Após a conclusão desses estudos, a Administração da Companhia concluiu pela necessidade de registro de provisão para *impairment* no montante de R\$ 13.227 em 2009.

Desde então, a Administração atualiza anualmente os estudos de recuperabilidade dos ativos, tendo concluído pela suficiência da provisão constituída e, conseqüentemente, não realizando complemento ou reversão na provisão contabilizada naquele ano. O referido estudo continua sendo monitorado pela Administração e, se necessário, a provisão será ajustada de forma a refletir os resultados reais obtidos pelas unidades de negócio da Companhia.

- (b) O imobilizado em andamento refere-se, principalmente, à construção do porto de Itapoá. Os juros incorridos sobre o financiamento obtido junto ao Banco BVA foram capitalizados, até o término da construção do porto, em junho de 2011, no montante de R\$ 17.421.

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos imobilizados, a qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado sejam revisados no mínimo a cada exercício.

A vida útil dos itens utilizada no cálculo da depreciação em média é como segue:

	Anos
Imóveis	60
Máquinas, equipamentos e instalações	10
Veículos	5
Veículos adquiridos por arrendamento financeiro	5
Móveis, utensílios e ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10

Abaixo demonstramos quadro da movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora								
	Terrenos	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	Total
CUSTO									
Saldo em 31 de dezembro de 2011	870	12.571	2.799	783	5.366	3.368	1.970	1.269	28.996
Adições	-	126	88	191	493	180	408	7	1.493
Baixas	-	(12)	(13)	(169)	(28)	(90)	(38)	-	(350)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	870	12.685	2.874	805	5.831	3.458	2.340	1.276	30.139

	Imóveis	Máquinas	Veículos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em Bens de terceiros	Outras Imobilizações Técnicas	Total
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA								
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.904	2.070	549	3.269	2.611	1.400	711	12.514
Adições	344	143	98	368	413	434	90	1.890
Baixas	(25)	(3)	(165)	(4)	(88)	-	-	(285)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.223	2.210	482	3.633	2.936	1.834	801	14.119

(*) Conforme nota explicativa 12 c.2)

	Consolidado									
	Terrenos	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Imobilizações em andamento	Benfeitorias	Outras Imobilizações	Total
CUSTO										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	23.075	158.419	98.057	8.698	5.667	22.984	20.021	1.979	5.587	344.487
Adições	7.078	492	4.158	689	798	206	2.631	408	10	16.470
Baixas	(15.733)	(1.425)	(8.521)	(505)	(267)	(10.761)	(10)	(47)	(1.255)	(38.524)
Transferências	284	19.326	42	-	-	14	(19.666)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.704	176.812	93.736	8.882	6.198	12.443	2.976	2.340	4.342	322.433

	Consolidado									
	Imóveis	Máquinas e Equipamentos	Móveis, Utensílios e Ferramentas	Computadores e Periféricos	Veículos	Benfeitorias em bens de terceiros	Outras Imobilizações	Total Depreciação	Redução no Valor Recuperável	Total Geral
Depreciação Acumulada e Valor Recuperável de Ativos										
Saldo em 31 de dezembro de 2011	10.833	37.004	5.563	3.637	16.927	1.409	4.238	79.611	13.227	92.838
Adições	5.871	7.138	609	646	3.241	424	148	18.077	-	18.077
Baixas	(436)	(1.338)	(347)	(231)	(13.003)	-	(572)	(15.927)	-	(15.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	16.268	42.804	5.825	4.052	7.165	1.833	3.814	81.761	13.227	94.988

Os valores do ativo imobilizado dados em garantia estão divulgados na nota explicativa 17.

14 Ativo biológico

Os ativos biológicos anteriormente registrados na Companhia compreendiam o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria-prima na produção de madeira serrada e vendas de toras de madeira para terceiros. Com a venda da empresa Modo Battistella Reflorestamento S/A – Mobasa, em 13 de dezembro de 2012, a empresa não possui mais ativos biológicos.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia era composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos como um todo seja registrado ao valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda, da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Custo de formação dos ativos biológicos	58.051	53.312
Aquisição de florestas	4.360	-
Movimentação líquida entre o valor justo e custo de formação	3.144	15.157
Baixa do ativo biológico (a)	(65.555)	-
Valor justo dos ativos biológicos	-	68.469

Na avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo foram consideradas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, plano de colheita das florestas e volume de produtividade, as quais estavam sujeitas a incertezas, podendo ter gerado efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. As informações acerca dos ativos dados em garantia de operações firmadas pela Companhia se encontram descritos na nota explicativa 17.

Os ativos biológicos foram registrados substancialmente em empresa com regime de tributação do lucro presumido, portanto os ajustes gerados pela mensuração dos ativos biológicos ao valor justo e resultaram no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferida passiva considerando a realização desse ativo por esse regime de tributação.

- (a) A empresa Modo battistella Reflorestamento S/A foi vendida para a empresa Rio Negrinho Participações S/A em 13 de dezembro de 2012 (ver nota explicativa 1.c), não restando portanto, saldos de ativos biológicos em 31 de dezembro de 2012.

a. Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconheceu seus ativos biológicos ao valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- i. As florestas a partir do ano de plantio, foram valorizadas por seu valor justo, o qual refletiu o preço de venda do ativo menos os custos necessários para colocação do produto em condições de venda ou consumo;
- ii. A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondeu a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

- iii. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao WACC da Companhia (11% a.a), o qual foi revisado periodicamente pela Administração;
- iv. Os volumes de produtividade projetados das florestas foram definidos com base em uma estratificação em função de cada material genético implantado, solo, clima nos locais de plantio. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade.
- v. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico foram obtidos através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros. Os preços obtidos foram ajustados deduzindo-se os custos de capital referente a terras, em decorrência de serem ativos contribuintes para o plantio das florestas e demais custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- vi. Os gastos com plantio referiram-se aos custos de formação dos ativos biológicos;
- vii. A apuração da exaustão dos ativos biológicos foi realizada com base no valor justo dos ativos biológicos colhidos no período;
- viii. A Companhia efetuou a reavaliação do valor justo de seus ativos biológicos semestralmente, inclusive para fechamento das suas demonstrações financeiras anuais, tendo sido constatado que não houve variações significativas de preço nesses períodos, sob o entendimento de que este intervalo foi suficiente para que não houvesse defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos que estavam registrados em suas demonstrações financeiras.

b. Reconciliação das variações de valor justo

Abaixo, demonstração da movimentação do período:

Reconciliação das variações de valor justo

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	68.469
Plantio	5.623
Exaustão	(12.096)
Compras de novas florestas	4.360
Variação de valor justo:	(801)
Baixa	(65.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após a utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

15 Intangível

Controladora

Descrição Intangível	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			31.12.2012	31.12.2011
Programas de software (a)	2.014	(1.759)	255	398
Marcas de fábrica	37	(18)	19	21
Total	2.051	(1.777)	274	419

Consolidado

Descrição Intangível	Custo	Amortização acumulada	Líquido	
			31.12.2012	31.12.2011
Programas de software (a)	4.417	(3.048)	1.369	1.743
Marcas de fábrica	136	(98)	38	45
Outros	1	-	1	1
Total	4.554	(3.146)	1.408	1.789

- (a) Os programas de software incluídos neste grupo de contas são possíveis de identificação individual no controle de patrimônio da Companhia, e irão gerar benefícios futuros, conforme especificado na deliberação CVM nº 553/08.

Abaixo demonstramos quadro de movimentação do ativo intangível:

Controladora

Descrição	31.12.2011	Adições	(-) Baixas	31.12.2012
Programas de software	1.940	74	-	2.014
Marcas de fábrica	36	1	-	37
(-) Amortização	(1.557)	(220)	-	(1.777)
Saldo líquido	419	(145)	-	274

Consolidado

Descrição	31.12.2011	Adições	(-) Baixas	31.12.2012
Programas de software	4.294	178	(55)	4.417
Marcas de fábrica	136	1	(1)	136
Outros	26	-	(25)	1
Sub-total	4.456	179	(81)	4.554
(-) Amortização	(2.667)	(540)	61	(3.146)
Saldo líquido	1.789	(361)	(20)	1.408

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Mercado interno	9.368	3.913	12.642	9.101
Mercado externo	-	-	1.597	1.595
AVP - fornecedores	(70)	(109)	(126)	(176)
	<u>9.298</u>	<u>3.804</u>	<u>14.113</u>	<u>10.520</u>

O prazo médio de pagamento para fornecedores é 35 dias.

Não são pagos juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 3 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros mensais de 2,5 % a 4 % são pagos sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conformes os termos originalmente acordados.

17 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de		Modalidade	Vencimento Final	Controladora		Consolidado	
	Juros Anual	Indexador			31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Moeda Estrangeira								
Banco do Estado R.Grande Sul	6,50%	USD	ACC	04.05.13		-	516	456
							516	456
Moeda Nacional								
Financiamentos								
Banco Votorantim S/A	13,42%	CDI	Capital de Giro	29.05.13	7.574	7.909	7.574	7.909
HSBC Bank Brasil S/A	11,06%	Pré-fixada	Capital de Giro	31.01.13		-	-	-
Banco Safra S/A	18,01%	CDI	Capital de giro	04.11.14	4.921	11.338	4.921	11.338
Banco do Brasil S/A	11,91%	CDI	Capital de Giro	20.08.15	-	-		7.836
BES - Investimento do Brasil	11,80%	CDI	Capital de Giro	31.01.13		9.581	-	9.581
Banco ABC Brasil S/A	16,05%	CDI	Capital de Giro	14.03.14		8.941	-	8.941
Banco do Estado R.Grande Sul	15,45%	CDI	Capital de Giro	03.12.16	27.984	21.925	27.984	23.064
Banco Industrial e Comercial S/A	17,31%	CDI	Capital de Giro	04.02.13	4.074	5.285	4.074	5.285
Banco Mercantil do Brasil S/A	20,14%	CDI	Capital de Giro	04.04.13	10.200	7.272	10.200	7.272
Banco Sofisa S/A	15,23%	CDI	Capital de Giro	17.10.13	1.640	5.636	1.640	5.647
Banco BVA S/A	11,57%	CDI	Capital de Giro	24.04.14	2.682	4.603	2.682	4.603
Banco Fibra S/A	13,11%	CDI	Capital de Giro	13.12.13	5.543	4.197	5.543	4.197
Banco Daycoval S/A	17,31%	CDI	Capital de Giro	26.03.13	3.861	7.188	3.861	7.188
Parana Banco S/A	18,28%	CDI	Capital de Giro	30.07.13		5.340	-	5.340
Banco Brickel S/A	16,61%	CDI	Capital de Giro	03.07.14	1.212	-	1.212	-
Outras Instituições Financ.	10,66%	CDI	diversos	diversos	370	370	370	370
					70.061	99.585	70.061	108.571
Arrendamento (Leasing)								
Banco Itaú S/A	17,10%	Pré-fixada	Leasing	20.01.12	-	3	-	3
Banco Dibens	13,35%	Pré-fixada	Leasing	28.11.12	-	-	-	395
Societe Generale leasing S/A	20,41%	Pré-fixada	Leasing	24.03.13	-	-		788
					-	3	-	1.186
Empréstimos para investimento								
Banco Santander (Brasil) S/A	9,87%	TJLP	Finame	15.11.12		905	-	905
Banco Safra S/A	17,43%	TJLP	Finame	26.01.15	269	473	269	734
Banco do Brasil S/A	7,80%	TJLP	Finame	15.05.12	-	-	-	176
Banco Sofisa S/A	10,66%	TJLP	Finame	15.10.12		252	-	252
União de Bancos Bras.S/A	9,92%	TJLP	Finame	15.12.12	-	-	-	217
Banco Catterpillar Financial	13,72%	TJLP	Finame	25.05.14	-	-	612	1.315
Banco BVA S/A - Porto (a)	17,48%	IPCA	Investimento	29.05.19	-	-	203.634	208.520
HSBC Bank Brasil S/A	11,25%	Pré-fixada	Procer	15.07.12	-	-	-	4.384
(-) Custos a apropriar s/empréstimos (b)					(590)	(1.180)	(7.985)	(9.807)
					(321)	450	196.529	206.696
Bradesco S.A. (Vendor)	13,76%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	81.951	46.097	81.951	46.097
Bradesco S.A.	14,32%	Pré-fixada	Capital de giro	diversos	4.761	6.776	4.761	6.776
					86.712	52.873	86.712	52.873
TOTAL EMPRÉSTIMOS					156.452	152.911	353.818	369.782
Circulante					(139.873)	(134.186)	(175.396)	(181.692)
Não Circulante					16.579	18.725	178.422	188.090

- (a) Em 3 de junho de 2009 foi assinada Cédula de Crédito Bancário (CCBs) entre a controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S/A (emitente) e o Banco BVA S/A (credor) no valor total de R\$ 330.000, com vencimento final para maio de 2019, com pagamentos semestrais de parcelas de juros e principal a partir de julho de 2012 e vencimento final para maio de 2019. Os compradores das CCBs foram os fundos de pensão Petros- Fundação Petrobras de Seguridade Social e Funcef- Fundação dos Economiários Federais, em partes iguais. O contrato está garantido pelas ações da controlada em conjunto (“Itapoá”), seus ativos, tanto fixos quanto os recebíveis. A referida cédula exige que a controlada em conjunto (“Itapoá”) atenda os seguintes índices financeiros durante o período de sua vigência, a partir do pagamento da segunda parcela de amortização de principal e juros:
- (i) índice de cobertura do serviço da dívida da controlada em conjunto: maior ou igual a 1,5, a partir de dezembro de 2012;
- (ii) índice da dívida líquida sobre o patrimônio da controlada em conjunto: igual ou inferior a 80:20 (70:30 após o sexto aniversário do contrato);
- (iii) índice da dívida líquida sobre o LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da controlada em conjunto: no máximo igual a 3, a partir do sexto aniversário do contrato.

A controlada em conjunto atendeu a todos os indicadores financeiros e as cláusulas restritivas aplicáveis em 31 de dezembro de 2012.

- (b) Referem-se basicamente aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCBs), como: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

As garantias reais sobre as operações de empréstimos e debêntures (da posição constante na nota explicativa 18) são conforme quadro abaixo:

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Empresa	Instituição	Vcto Inicial	Prazo Negociado	Carência	Valor	Garantia
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Abril 2011	60 meses	3 meses	R\$ 13.500	Imovel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Janeiro 2013	48 meses		R\$ 10.000	Imóvel em Rio Negrinho, 30% recebíveis e equipamentos
Battistella Adm. e Partic. S/A	Banrisul	Junho 2012	36 meses	2 meses	R\$ 5.000	Imóvel em Rio Negrinho e 30% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bic Banco	Setembro 2012	4 meses		R\$ 1.200	120% PAC segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Bic Banco	Outubro 2012	4 meses		R\$ 700	100% caminhões segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Brickel	Fevereiro 2013	22 meses	4 meses	R\$ 1.200	Alienação Fiduciária Imóvel SP
Battistella Adm. e Partic. S/A	BVA	Janeiro 2011	48 meses	6 meses	R\$ 6.000	Alienação Fiduciária estoque de Peças do segmento pesados
Battistella Adm. e Partic. S/A	Safra	Fevereiro 2013	2 meses		R\$ 4.878	10% Recebíveis
Itapoá terminais Portuários	BVA	Junho 2012	120 meses	36 meses	R\$ 138.600	100% Ações da Itapoá Terminais Portuários e imobilizado do Porto (valor
Battistella Adm. e Partic. S/A	Daycoval	Março 2013	6 meses		R\$ 2.128	100% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Fibra	Agosto 2011	12 meses		R\$ 2.300	50% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Fibra	Julho 2013	12 meses		R\$ 5.000	100% alienação fid. de peças estoque
Battistella Adm. e Partic. S/A	Sofisa	Agosto 2010	24 meses		R\$ 5.950	60% recebíveis
Battistella Adm. e Partic. S/A	Votorantim	Maio 2013	6 meses		R\$ 7.500	20% ações Battistella Trading

Abaixo, demonstramos o quadro de movimentação dos empréstimos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.2011	<u>152.911</u>	<u>369.782</u>
Captações (a)	874.084	876.860
Juros e atualizações	20.222	54.099
(-) Pagamento do principal (a)	(858.000)	(878.903)
(-) Pagamento de juros	(32.176)	(66.199)
(-) Custos a amortizar	<u>(589)</u>	<u>(1.821)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>156.452</u>	<u>353.818</u>

- (a) Refere-se, principalmente, a captações referentes a operações de vendedor, realizados pela Battistella Administração e Participações S/A., as quais possuem prazo médio de pagamento de 35 dias. O total movimentado nas operações de vendedor em 2012 foi de R\$ 423.758 em captações e R\$ 429.354 em pagamentos.

O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento:

	Empréstimos	
	Controladora	Consolidado
2014	1.719	10.150
2015	8.686	28.905
2016	6.174	27.201
2017	-	23.170
2018	-	32.962
2019	-	36.259
2020	-	19.775
Total	16.579	178.422

18 Debêntures

Descrição	Taxa de juros anual	Indexador	Modalidade	Vencimento final	31.12.2012	31.12.2011
Debêntures						
3ª Emissão de debêntures	12,08%	CDI	Capital de Giro	10.12.17	90.396	120.232
(-) Custos a amortizar debêntures (a)					(1.285)	(1.658)
TOTAL DEBÊNTURES					89.111	118.574
Circulante					(10.025)	(14.859)
Não circulante					79.086	103.715

- (a) Referem-se, basicamente, aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação das debêntures, como: gastos com serviços profissionais de terceiros e comissões bancárias. Conforme previsto no CPC 8 (IAS 39) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

A movimentação dos saldos de debêntures é demonstrada a seguir:

Saldo em 31.12.2011	118.574
Juros do período	15.164
(-) Pagamento de principal	(30.000)
(-) Pagamento de juros	(15.000)
(-) Custos a amortizar	373
Saldo em 31.12.2012	89.111

Em 27 de junho de 2011 a Battistella Administração e Participações S/A, procedeu à 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Hipotecária e Fidejussória. Em 6 de junho de 2012 foi celebrado o primeiro aditamento à Escritura de Emissão alterando determinados e condições da Emissão. Em 12 de dezembro de 2012 foi celebrado o segundo aditamento à Escritura de Emissão, a qual alterou determinadas condições da Emissão. Finalmente em 13 de dezembro de 2012, foi celebrado o terceiro aditamento à 3ª Emissão de Debêntures Simples, com significativa alteração das condições da Emissão, assim

como contemplando o resgate de 60 debêntures e o alongamento dos prazos de vencimento, conforme condições detalhadas a seguir:

Emissora:	Battistella Administração e Participações S.A.
Coordenador Líder:	Banco HSBC S.A.
Coordenador:	Banco Votorantim S.A.
Título:	Debêntures Simples
Data Emissão	13.12.2012
Data vencimento	10.12.2017
Quantidade Total:	180 (cento e oitenta) debêntures
Valor Nominal Unitário:	R\$ 500
Montante da Emissão:	R\$ 90.000
Tipo e Forma:	Nominativas e escriturais
Espécie:	Com garantia real
Classe:	Não conversíveis em ações
Garantia Adicional:	Garantia Real constituída por hipoteca de terras e imóveis, em valor correspondente a R\$ 34.443 no regime de avaliação de “venda a mercado”; e alienação fiduciária 3.383.588 (três milhões trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e oito) ações ordinárias de emissão da Trading, de titularidade da emissora, representativa de 40% do capital social da Trading; tendo como garantidoras a própria emissora, Battistella Industria e Comércio Ltda e Battistella Trading S/A Comércio Internacional.
Remuneração:	100% CDI + 4,5% ao ano
Pagamento de juros:	Os juros serão pagos semestralmente
Amortização do Principal:	Será pago em nove parcelas semestrais, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão

O montante do não circulante apresenta a seguinte composição de vencimento (controladora e no consolidado):

2014	19.772
2015	19.772
2016	19.772
2017	<u>19.770</u>
Total	79.086

Segue abaixo as principais cláusulas de *covenants* existentes nas debêntures emitidas:

a. Resgate antecipado e aquisição facultativa

As Debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das S.A..

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Reunião do seu Conselho de Administração, realizar o resgate antecipado da totalidade ou de parcela das Debêntures (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, nos termos das disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado Facultativo (“Data da Liquidação”);
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor do VNU por Debênture resgatada antecipadamente, acrescido da Remuneração aplicável, calculada pro rata temporis até a Data da Liquidação (“Saldo Devedor”), acrescido, ainda, de prêmio de liquidação antecipada nos seguintes termos:
 - (a) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra até o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures: (1) o Saldo Devedor; acrescido da (2) Remuneração das Debêntures que seria devida até a Data de Vencimento (“Remuneração Projetada para Resgate Antecipado”), descontada à taxa de mercado prevista para o prazo remanescente à época do Resgate Antecipado, calculado pelo Agente Fiduciário e previamente aprovado pelos Debenturistas; e/ou
 - (b) caso o Resgate Antecipado das Debêntures ocorra após o 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão das Debêntures, a Companhia deverá pagar aos titulares das Debêntures o Saldo Devedor, acrescido de prêmio de 1% (um por cento), calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na Data da Liquidação; e
- (iii) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Companhia e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Liquidação.

b. Vencimento antecipado

As debêntures contêm obrigações financeiras, as quais, conforme contrato, são apuradas semestralmente, base 30 de junho e 31 de dezembro, com base nas demonstrações consolidadas da Companhia, excluindo as informações financeiras e os valores referentes a controlada em conjunto, Itapoá, conforme segue (resumo das principais cláusulas):

- (i) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (ii) inadimplemento, pela Companhia e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento pela Companhia de notificação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia e aos Garantidores com relação ao respectivo inadimplemento;

- (iii) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores; (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores;
- (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia e/ou de quaisquer de seus respectivos controladores e/ou sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, “Afiliadas”) acima de R\$ 5.000, desde que tal inadimplemento não seja sanado em até 30 (trinta) dias corridos, caso não exista um prazo de cura pré-estabelecido;
- (v) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.As.;
- (vi) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no artigo 116 da Lei das S.As.;
- (vii) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer, fusão, cisão, incorporação, exceto se realizada com sociedades integrantes do grupo da Emissora;
- (viii) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou de quaisquer dos Garantidores que modifique substancialmente as respectivas atividades praticadas na Data da Emissão;
- (ix) realização, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório exigido pela Lei das S.As. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia e/ou quaisquer dos Garantidores estejam em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;
- (x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou por quaisquer dos Garantidores em qualquer dos documentos relacionados à Oferta Restrita são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante;
- (xi) não apresentação pela Companhia de suas respectivas demonstrações financeiras auditadas – compreendendo as informações pertinentes especificamente à Companhia e, adicionalmente, informações consolidadas do respectivo grupo econômico –, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo);
- (xii) não ocorrência da formalização da alienação de Ativos Florestais de titularidade da Emissora ou dos Garantidores representando, no mínimo, US\$ 21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil dólares) até 31 de dezembro de 2011. Para os fins deste item, a Emissora deverá comunicar ao Agente Fiduciário a ocorrência ou a não ocorrência da referida alienação de Ativos Florestais, disponibilizando ao Agente Fiduciário a respectiva documentação de suporte;
- (xiii) alienação de um ou mais ativos de titularidade da Emissora ou de suas empresas controladas diretas e indiretas e que representem individualmente pelo menos R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no exercício social da data em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto

se pelo menos 50% (cinquenta) dos recursos oriundos da alienação ou transferência forem utilizados para: (a) amortização de dívida bancária; ou (b) Amortização Extraordinária das Debêntures, sendo que as Debêntures terão prioridade no pagamento em relação ao item (a) acima, a exclusivo critério dos Debenturistas, desde que os mesmos abram mão do prêmio para liquidação antecipada indicado;

- (xiv) caso o índice obtido pela divisão da Dívida Financeira (conforme definida na Escritura de Emissão) pelo EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização “EBITDA”) obtido pela Emissora nos últimos 12 (doze) meses seja menor ou igual a:
 - (a) 4,0 (quatro inteiros) até 30 de junho de 2013;
 - (b) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 30 de junho de 2013 até 31 de dezembro 2013;
 - (c) 3,5 (três vírgula cinco inteiros) de 31 de dezembro 2013 até 30 de junho de 2014;
 - (d) 2,5 (dois vírgula cinco inteiros) de 31 de 30 de junho de 2014 até o vencimento das Debêntures.

A Companhia atendeu a todos os indicadores financeiros e as cláusulas restritivas aplicáveis em 31 de dezembro de 2012.

As Partes desde já concordam que despesas não recorrentes/extraordinária da Emissora, tais como, despesas de alienação do ativo imobilizado e/ou investimentos, contingências tributárias e baixas de provisões, as quais podem vir a afetar o EBITDA durante o segundo semestre do ano de 2012, bem como o ano de 2013, serão excluídas do cálculo referido nos itens (a) e (b) acima.

A primeira verificação para fins deste item (xiv) ocorrerá com relação às informações semestrais consolidadas da Emissora, relativas ao período findo em 30 de junho de 2011 e, desde então, sendo realizadas semestralmente até o pagamento integral das Debêntures. Adicionalmente, a Emissora deverá disponibilizar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da divulgação ao mercado das informações ou demonstrações financeiras da Emissora, conforme o caso, os Covenants Financeiros acima, juntamente com a respectiva memória de cálculo e o relatório de revisão dos referidos Covenants Financeiros, a ser emitido pelos auditores independentes contratados pela Emissora, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

- (xv) se as garantias reais e/ou fidejussórias convencionadas para as Debêntures não forem devidamente efetivadas ou formalizadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores Hipotecários, nos termos desta Escritura, da Escritura de Hipoteca e segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se tais garantias, por qualquer fato atinente ao seu objeto, tornarem-se inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento de quaisquer importâncias devidas no âmbito da Emissão, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Agente Fiduciário.

Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii), (vi), (vii), (viii), (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por

deliberação de titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures;

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (i), (iii), (iv), (v) e (ix) acima resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

19 Adiantamentos de clientes, credores diversos e recursos a devolver a consorciados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamento de clientes (a)	5.499	4.950	5.800	5.273
Credores diversos (b)	14.155	9.215	28.393	10.147
Recursos a devolver a consorciados (c)	-	-	1.857	1.970
Valores a pagar controladas (d)	-	14.132	-	-
Indenizações trabalhistas	2.777	-	2.777	825
	<u>22.431</u>	<u>28.297</u>	<u>38.827</u>	<u>18.215</u>
(-) Passivo circulante	<u>(11.794)</u>	<u>(21.037)</u>	<u>(20.137)</u>	<u>(10.671)</u>
Passivo não circulante - credores diversos	<u>10.637</u>	<u>7.260</u>	<u>18.690</u>	<u>7.544</u>

- (a) A conta de adiantamento de clientes (passivo circulante), em 31 de dezembro de 2012 e 2011, inclui, principalmente, adiantamentos de clientes para a futura aquisição de bens das empresas da Companhia.
- (b) O saldo de Credores Diversos é composto principalmente de: (i) saldo a pagar do Acordo firmado com a Codema Comercial Importadora Ltda. e Suvesa Super Veículos Ltda. (vendas para a Scania do Brasil Ltda. em 08 de janeiro de 2001, na Controladora, no montante de R\$ 5.641 (R\$ 6.507 em 31 de dezembro de 2011); (ii) saldo a pagar, na Controladora, pela aquisição de ações da empresa controlada Modo Battistella Reflorestamento S.A. de não controladores no montante de R\$ 1.313 (R\$ 1.689 em 31 de dezembro de 2011); (iii) saldo a pagar pela venda da Modo Battistella Reflorest. S/A – Mobasa no montante de R\$ 4.418; (iv) saldo a pagar pela Itapoá Terminais Portuários S.A pela aquisição de terreno no montante de R\$ 5.880.
- (c) O montante dos recursos a devolver aos consorciados (passivo circulante) são originários da Battistella Administradora de Consórcios Ltda. (incorporada pela Battistella Indústria e Comércio Ltda.) e refere-se ao saldo dos valores do fundo de reserva e cotas canceladas que não foram procurados para devolução.
- (d) Vide nota explicativa 11.

20 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia, suas empresas controladas e controladas em conjunto são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Para aqueles processos nos quais as chances de não se obter êxito são maiores que as chances de se obter êxito, conforme opinião corroborada junto aos consultores jurídicos da Companhia, é registrada provisão em montante suficiente para cobrir perdas esperadas.

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

As provisões constituídas e os depósitos judiciais, vinculados às mencionadas provisões para riscos trabalhistas e cíveis, compõem-se conforme demonstrativo a seguir:

Controladora	31.12.2012			31.12.2011		
		Depósitos			Depósitos	
	Provisão	Judiciais	Saldo	Provisão	Judiciais	Saldo
Tributárias	(7.186)	-	(7.186)	(899)	-	(899)
Trabalhistas	(2.108)	394	(1.714)	(2.093)	393	(1.700)
Cíveis	<u>(2.304)</u>	=	<u>(2.304)</u>	<u>(1.180)</u>	=	<u>(1.180)</u>
	<u>(11.598)</u>	<u>394</u>	<u>(11.204)</u>	<u>(4.172)</u>	<u>393</u>	<u>(3.779)</u>
Depósitos judiciais que não requerem provisão			<u>1.586</u>			<u>1.509</u>

Consolidado	31.12.2012			31.12.2011		
		Depósitos			Depósitos	
	Provisão	Judiciais	Saldo	Provisão	Judiciais	Saldo
Tributárias	(8.247)	-	(8.247)	(3.113)	-	(3.113)
Trabalhistas	(4.075)	1.355	(2.720)	(5.453)	2.883	(2.570)
Cíveis	<u>(20.232)</u>	=	<u>(20.232)</u>	<u>(3.469)</u>	=	<u>(3.469)</u>
Total	<u>(32.554)</u>	<u>1.355</u>	<u>(31.199)</u>	<u>(12.035)</u>	<u>2.883</u>	<u>(9.152)</u>
Depósitos judiciais que não requerem provisão			<u>2.891</u>			<u>2.881</u>

Movimentação das contingências e depósitos judiciais

Consolidado

	31.12.2011	Adições	Utilização/ reversão	31.12.2012
Contingências				
Tributárias (a)	(3.113)	(6.268)	1.134	(8.247)
Trabalhistas (b)	(5.453)	(478)	1.856	(4.075)
Cíveis (c)	(3.469)	(17.343)	580	(20.232)
(-) Depósitos judiciais	2.883	65	(1.593)	1.355
Saldo	(9.152)	(24.024)	1.977	(31.199)
Depósitos judiciais que não requerem provisão	2.881	296	(286)	2.891

Controladora

	31.12.2011	Adições	Utilização/ Reversão	31.12.2012
Contingências				
Tributárias (a)	(899)	(6.287)	-	(7.186)
Trabalhistas (b)	(2.093)	(15)	-	(2.108)
Cíveis (c)	(1.180)	(1.124)	-	(2.304)
(-) Depósitos judiciais	393	1	-	394
Saldo	(3.779)	(7.425)	-	(11.204)
Depósitos judiciais que não requerem provisão	1.509	119	(42)	1.586

- (a) Refere-se, principalmente, a processos de ICMS, sobre créditos tomados oriundos de materiais indiretos, e ISS, que estão em fase de discussão administrativa. Em 2012 ocorreu o acréscimo de contingências tributárias, referente à Pis semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000.
- (b) O principal valor refere-se à discussão judicial sobre o aumento da alíquota e adicional do FGTS no montante de R\$ 1.355 (R\$ 3.086 em 2011), para o qual há depósito judicial. As demais ações trabalhistas são pulverizadas e têm caráter de indenizações, horas extras, equiparidade e outros.
- (c) A movimentação observada nas contingências cíveis refere-se, basicamente, ao registro do valor atualizado de três ações ordinárias propostas por terceiros contra a Battistella Ind. e Comércio, relacionadas a rescisão de contrato pertinentes ao empreendimento florestal São José, no valor de R\$ 15.053. As demais ações cíveis possuem natureza de indenização e danos morais, ocorridas principalmente nas empresas Battistella Administradora de Consórcios e Battistella Veículos Pesados, ambas incorporadas pela controladora.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, cujo os riscos de perda relacionados foram considerados como possível na opinião da Administração e de seus assessores legais, para os quais nenhuma provisão para perdas foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O valor total de tais processos, em 31 de dezembro de 2012, era: (i) tributário: R\$ 5.882 (R\$ 2.344 em 2011), (ii) cíveis: R\$ 2.779 (R\$ 1.749 em 2011) e trabalhistas: (iii) R\$ 1.390 (R\$ 2.747 em 2011). Devido ao risco e a pequena relevância dos valores envolvidos, não estão sendo apresentadas informações adicionais.

21 Parcelamento especial e programa de recuperação fiscal-paes e refis

Parcelamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
PAES	-	-	542	5.602
Refis	3.294	3.662	12.731	14.342
	3.294	3.662	13.273	19.944
Circulante	(390)	(582)	(1.298)	(2.397)
Não Circulante	2.904	3.080	11.975	17.547

A composição da dívida de PAES e do REFIS estão demonstradas nas notas abaixo (21.1 e 21.2).

21.1 Parcelamento Especial – PAES

As empresas encontram-se em conformidade com os recolhimentos regulares dos tributos, como condição essencial para a manutenção do programa. As empresas Battistella Logística (incorporada pela Battistella Veículos Pesados Ltda.) e Battistella Administração migraram os débitos inclusos nesta modalidade de pagamento para o Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009.

Em 31 de dezembro, o valor consolidado atualizado da dívida era:

Descrição	31.12.2012			31.12.2011		Nº parcelas	Atualização
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo	a Vencer		
Trading	74	468	542	619	71	-	TJLP
Mobasa	-	-	-	4.983	-	-	TJLP
Total	74	468	542	5.602			

Nos meses de outubro a dezembro de 2009 as empresas do Conglomerado Battistella aderiram ao novo programa de parcelamento de dívidas instituído pelo Governo Federal, por meio da Lei 11.941/2009, ao qual foram incluídos débitos que estavam sendo discutidos em litígios administrativos e judiciais. Também foram migradas para este programa as dívidas existentes no programa anterior de parcelamento especial - o PAES, da empresa Battistella Logística e da Controladora.

Em dezembro de 2009 foram reconhecidos contabilmente todos os efeitos decorrentes desta opção, em especial ao que se refere à constituição da dívida, incluindo principal, encargos de mora e encargos legais, bem como, as reduções previstas na legislação. Também foi reconhecida a liquidação de parte da dívida com créditos decorrentes da utilização de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em julho de 2011 houve a efetiva homologação pela Receita Federal do Brasil dos débitos e valores do parcelamento, em que a Companhia e suas controladas aderiram. Com essa homologação os valores anteriormente provisionados foram ajustados no montante de R\$ 2.039 o qual foi reconhecido ao resultado no grupo de Outras Receitas e Despesas Operacionais.

21.2 Programa de Recuperação Fiscal – Refis

Em 31 de dezembro, as dívidas não parceladas anteriormente estão compostas da seguinte forma:

Descrição	31.12.2012		31.12.2011		Nº parcelas a Vencer	Atualização
	Circulante	Não Circulante	Saldo	Saldo		
Battrol	143	1.541	1.684	1.708	150	SELIC
Bic	537	5.685	6.222	6.360	148	SELIC
Administração	390	2.904	3.294	3.662	151	SELIC
Battistella ind.com.maqs.	99	1.076	1.175	1.199	151	SELIC
Mobasa	-	-	-	1.052	151	SELIC
Trading	<u>55</u>	<u>301</u>	<u>356</u>	<u>361</u>	151	SELIC
Sub-totais	<u>1.224</u>	<u>11.507</u>	<u>12.731</u>	<u>14.342</u>		

Os valores referentes aos parcelamentos existentes na empresa Mobasa foram também objeto da negociação daquela empresa ocorrida ao final de 2012, conforme descrito na nota explicativa 1.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2012 e 2011, no montante de R\$ 151.556, subscrito e integralizado é composto de 149.677.728 ações, sendo 49.911.902 de ações ordinárias e 99.765.826 de ações preferenciais.

Parte do capital social total da Companhia é capital estrangeiro. As empresas brasileiras com capital estrangeiro devem efetuar o registro deste capital junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), para que possam remeter dividendos sobre o capital estrangeiro ou repatriá-lo. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possui registrado no Banco Central do Brasil o montante de R\$ 12.858 como capital estrangeiro.

As ações preferenciais (PN), sem direito a voto, têm prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia.

b. Dividendos

Os dividendos obrigatórios são calculados com base no percentual de 25% sobre o lucro líquido, após a compensação de prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, devido ao prejuízo dos exercícios não foram registrados os dividendos mínimos obrigatórios. A Companhia deliberou, conforme AGO em 20 de abril de 2012 que, diante do prejuízo ao término do exercício de 2011, não serão distribuídos dividendos em 2012.

As ações preferenciais (PN) possuem preferência na distribuição dos dividendos.

c. Reserva legal

A Reserva legal é constituída na proporção de 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do Capital Social ou, quando acrescido das Reservas de Capital limitado a 30% do Capital Social.

d. Reserva de retenção de lucros

O valor registrado na conta reserva de retenção de lucros refere-se a lucros apurados em exercícios anteriores ao ano de 2008, o qual aguarda proposição do Conselho de Administração

para destinação. Tendo em vista que a Companhia registra prejuízos acumulados, tal reserva poderá ser futuramente, utilizada para absorção de tais prejuízos.

23 Instrumentos financeiros

23.1 Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia de gestão do risco de capital da Companhia vem se aperfeiçoando nos últimos anos, com o objetivo de mitigar os riscos financeiros.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 17 e debêntures detalhadas na nota explicativa 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários), e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Dívida (a)	245.563	271.485	442.929	488.356
Caixa e equivalentes de caixa	(23.797)	(15.028)	(38.210)	(21.929)
Títulos e valores mobiliários	(1.343)	(6.358)	(1.753)	(10.767)
Dívida líquida (b)	220.423	250.099	402.966	455.660
Patrimônio líquido (c)	(65.314)	(31.161)	(65.314)	(30.533)
Índice de endividamento líquido	<u>-3,4</u>	<u>-8,0</u>	<u>-6,2</u>	<u>-14,9</u>

- (a) A dívida é definida como o total de empréstimos de curto e longo prazo e debêntures.
- (b) Ressalta-se que, para fins de cálculo da dívida líquida a ser utilizada para efeito da verificação dos covenants financeiros das debêntures (nota explicativa 18.b.xiv), não são consideradas as operações de vendor, venpec (vendor de peças) e operações financeiras relacionadas a controlada em conjunto Itapoá.
- (c) O patrimônio líquido inclui o capital social e reservas.

23.2 Categorias e valores justos dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de curto e longo prazo e partes relacionadas tem valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado.

Os passivos financeiros não derivativos, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis próximos com os seus valores de mercado.

Durante o período não houve nenhuma transferência entre o nível 2 para os níveis 1 e 3.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

		Controladora		Consolidado	
	Nível	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:	-	-			
- Swap de taxa de juros	2	-	-	-	4.364
Mantidos até o vencimento	-	-			
- Títulos e valores mobiliários	-	1.343	6.358	1.753	10.767
Empréstimos e recebíveis:	-	-			
- Caixa e equivalentes de caixa	-	23.797	15.028	56.715	21.929
- Contas a receber	-	105.199	70.650	112.697	80.356
- Valores a receber de arrendamento mercantil	-	114	3.282	114	3.282
- Outras contas a receber	-	2.831	3.407	3.019	3.407
- Partes relacionadas	-	20.886	12.168	-	-
		154.170	110.893	174.298	124.105

	Nível	Controladora		Controladora	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<i>Passivos financeiros</i>					
Valor justo por meio do resultado:					
- Swap de taxa de juros	2	-	-	-	4.395
Custo amortizado:				-	-
- Empréstimos	-	156.452	152.911	353.818	369.782
- Debêntures	2	89.111	118.574	89.111	118.574
- Partes relacionadas	-	-	14.132	-	-
- Fornecedores	-	9.298	3.804	14.113	10.520

	254.861	289.421	457.042	503.271
Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.				
Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.				
Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.				

O valor justo das debêntures foi calculado em R\$ 89.111 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 118.574 em 31 de dezembro de 2011). Este instrumento financeiro foi calculado pelo nível 2.

23.3 Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia presta serviços às empresas do Conglomerado Battistella, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

Quando necessário, a Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de “hedge”. O uso de derivativos financeiros é regulado pelas políticas da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados aos riscos de câmbio, de taxa de juros e de crédito, ao uso de derivativos financeiros e instrumentos financeiros não derivativos, e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. Atualmente, a Companhia não tem contrato com instrumento derivativo de proteção.

23.4 Risco de mercado

Em virtude de suas atividades e contratação de empréstimos e financiamentos e debêntures para suportá-los, a Companhia fica exposta, principalmente, a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

Em relação ao risco relacionado a mudanças nas taxas de câmbio, quando necessário, a Companhia administra de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas e contrata instrumentos financeiros derivativos para miigar sua exposição aos riscos relacionados à tais riscos incluindo:

- *Swaps* de taxa de câmbio para mitigar o risco de aumento das taxas de câmbio; e
- *Swaps* de taxa de juros para mitigar o risco de variação das taxas de juros.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual a Companhia administra e mensura esses riscos. Considerando as políticas internas de controle de exposição, em 31 de dezembro de 2012 não havia contratos de *swap* de taxa de câmbio em aberto.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros é administrada pela através da avaliação periódica dos indicadores de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, não havia contratos de *swap* de taxa de juros em aberto.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações trimestrais, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

- O prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2012 aumentaria em R\$ 5.279. Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

Apresentamos a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (Cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando o período até o término das operações. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no. 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (Cenários II e III):

<i>Risco</i>	<i>Instrumento/operação</i>	<i>Cenário I</i>	<i>Cenário II</i>	<i>Cenário III</i>
<i>De taxa de juros</i>	<i>Empréstimos - moeda nacional CDI</i>	246.899	263.862	281.898
<i>De taxa de juros - Porto</i>	<i>Empréstimos - moeda nacional IPCA</i>	591.155	646.930	707.221
<i>Ganho (perda) dos cenários no resultado e no patrimônio líquido</i>			<i>(72.738)</i>	<i>(151.065)</i>

23.5 Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira dos clientes.

Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas com estes devedores são provisionadas.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos pela Companhia relativos a empréstimos e financiamentos, e debêntures registradas no passivo da Companhia. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada. Em 30 de setembro de 2012, o valor de R\$ 502.482 (R\$ 488.356 em 31 de dezembro de 2011) foi reconhecido no balanço patrimonial consolidado como passivo financeiro (ver notas explicativas 17 e 18).

Bens mantidos como garantia e outras garantias de crédito

A Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros, exceto com relação a contas a receber do leasing financeiro, que possuem como garantia o próprio bem arrendado.

23.6 Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise dos vencimentos

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros que serão auferidos neste período e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivo

Controladora					
	Menos de	De um a três	De três meses a	Mais de cinco	Total
	um mês	meses	um ano	De um a cinco anos	anos
31 de Dezembro de 2012					
Fornecedores	774	1.548	6.976	-	9.298
Empréstimos (*)	95.134	19.831	30.561	20.007	165.533
	95.908	21.379	37.537	20.007	174.831
31 de dezembro de 2011					
Fornecedores	2.444	1.395	74	-	3.913
Empréstimos (*)	17.119	34.526	74.023	163.780	289.448
Partes relacionadas	-	-	14.132	-	14.132
	19.563	35.921	88.229	163.780	307.493

Consolidado					
	Menos de	De um a três	De três meses a	Mais de cinco	Total
	um mês	meses	um ano	De um a cinco anos	anos
31 de Dezembro de 2012					
Fornecedores	1.176	2.352	10.585	-	14.113
Empréstimos (*)	95.134	19.831	65.721	297.772	511.766
	96.310	22.183	76.306	297.772	525.879
31 de dezembro de 2011					
Fornecedores	6.863	3.657	152	24	10.696
Empréstimos (*)	17.979	37.309	104.585	391.320	624.845
	24.842	40.966	104.737	391.344	635.541

(*) Empréstimos contempla os saldos de: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas, debêntures e arrendamentos financeiros

Ativo

Controladora					
	Menos de	De um a três	De três meses a	Mais de cinco	Total
	um mês	meses	um ano	De um a cinco anos	anos
31 de Dezembro de 2012					
Contas a Receber	1.402	104.911	713	-	107.026
Valores a receber de arrendamento mercantil	-	-	114	-	114
Partes relacionadas	-	-	14.424	-	14.424
Outras contas a receber	-	-	2.831	-	2.831
	1.402	104.911	18.082	-	124.395
31 de dezembro de 2011					
Contas a Receber	32.568	27.490	8.169	2.301	70.782
Valores a receber de arrendamento mercantil	1.084	1.147	904	147	3.282
Partes relacionadas	-	-	208	11.960	12.168
Outras contas a receber	-	-	3.407	-	3.407
	33.652	28.637	12.688	14.408	89.639

Consolidado					
	um mês	De um a três	um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de Dezembro de 2012					
Contas a receber	2.045	362	112.507	-	-
Outras contas a receber	-	-	7.720	-	-
	2.045	362	120.227	-	-
31 de dezembro de 2011					
Contas a receber	40.861	33.350	85	66	6.155
Valores a receber de arrendamento mercantil	1.084	1.147	904	147	-
Outras contas a receber	-	-	3.407	-	-
	41.945	34.497	4.396	213	6.155

Linhas de financiamento disponíveis para o Conglomerado Battistella em 31 de dezembro de 2012:

Conta garantida assegurada:	
Não utilizada	900
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento até 2012 e que podem ser estendidas de comum acordo:	
Não utilizada	39.000

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

24 Imposto de renda e contribuição social

24.1 Composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo e passivo

Ativo

	Consolidado						
	Battis tella Ind.e Com.	Battistella Veículos Pesados	Battistella Distrib.	Battistella Adm.e Part.	Modo Battistella Refloresta mento	Itapoá Terminais Portuários	Total
IR Diferido	-	-	-	97	-	13.144	13.241
CSLL Diferido	-	-	-	44	-	4.753	4.797
Saldo em 31.12.2011	-	-	-	141	-	17.897	18.038
IR Diferido	-	-	-	26	-	23.205	23.231
CSLL Diferido	-	-	-	10	-	8.354	8.364
Saldo em 31.12.2012	-	-	-	36	-	31.559	31.595

Passivo

	Consolidado						
	Battis tella Ind.e Com.	Battistella Veículos Pesados	Battistella Distrib.	Battistella Adm.e Partic	Modo Battistella Reffloresta mento	Itapoá Terminais Portuários	Total
Provisão p/Imposto de Renda Diferido	17	-	-	64	273	-	354
Provisão p/Contr. Social Diferido	6	-	-	32	148	-	186
Saldo em 31.12.2011	23	-	-	96	421	-	540
Provisão p/Imposto de Renda Diferido	14	-	-	29	-	-	43
Provisão p/Contr. Social Diferido	5	-	-	19	-	-	24
Saldo em 31.12.2012	19	-	-	48	-	-	67
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido							
31.12.2012	(19)	-	-	(12)	-	31.559	

24.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31.12.2012		31.12.2011	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL das operações continuadas	(31.545)	(40.792)	(38.985)	(38.159)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	10.725	13.869	13.255	12.974
<i>Efeito tributário das principais adições (exclusões):</i>				
Equivalência patrimonial	(9.213)	-	(1.078)	-
Provisões não dedutíveis	(2.473)	(7.561)	(55)	(2.073)
Efeitos da Lei 11.638/2007 – RTT	(4.678)	(5.052)	(470)	(1.163)
Diferenças de tributação empresas controladas - lucro presumido	-	(1.136)	-	(1.025)
Tributos com exigibilidade suspensa	(3)	2.475	(41)	556
Resultados em operações de swap, não dedutíveis (efeito temporal)	-	10	-	116
Prejuízos fiscais e bases negativas compensadas/geradas no exercício, sem crédito diferido (a)	1.167	1.468	(10.641)	(12.681)
Outros efeitos líquidos	1.839	2.532	(2.414)	1.080
	<u>(13.361)</u>	<u>(7.264)</u>	<u>(14.699)</u>	<u>(15.190)</u>
Imposto de renda e contribuição social	(2.636)	6.605	(1.444)	(2.216)
Corrente	(2.651)	(7.224)	(24)	(10.964)
Diferido	15	13.829	(1.420)	8.748
Despesas contabilizada no resultado - operações continuadas	<u>(2.636)</u>	<u>6.605</u>	<u>(1.444)</u>	<u>(2.216)</u>

Composição dos impostos diferidos no resultado

	31.12.2012		31.12.2011	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Impostos diferidos				
Impostos diferidos reconhecidos no exercício corrente sobre prejuízos fiscais - (b)	6	13.638	(1.494)	9.376
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos ativos	(89)	(72)	(6)	(377)
Baixa (reversão de baixas anteriores) de impostos diferidos passivos	98	263	80	(251)
Reflexo contabilizado no resultado	<u>15</u>	<u>13.829</u>	<u>(1.420)</u>	<u>8.748</u>

- (a) Refere-se principalmente aos prejuízos nas empresas que não registraram IR e CSLL diferidos sobre essas diferenças, por não possuírem segurança razoável de lucros tributários futuros.

- (b) A empresa controlada em conjunto Itapoá Terminais Portuários S.A., registrou imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos acumulados e base negativa da contribuição social, tendo em vista que a Administração, baseada em estudo de recuperabilidade, possui razoável segurança que os lucros tributáveis futuros dos próximos nove anos garantirão a compensação dos referidos impostos diferidos existentes na data do balanço. Os impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais foram registrados com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos 10 anos.
- (*) Considerando o percentual de participação da Companhia na controlada em conjunto e a realização apenas dos impostos diferidos da referida controlada.

Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa

Os prejuízos fiscais compensáveis para apuração do imposto de renda na controladora e no consolidado totalizam, respectivamente, R\$ 80.484 e R\$ 305.167 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 80.484 e R\$ 337.491 em 2011), e as bases negativas de cálculo da contribuição social totalizam, respectivamente, R\$ 85.352 e R\$ 348.172 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 85.352 e R\$ 380.449 em 2011).

Tendo em vista o estágio iniciais das ações da Administração em relação a melhora dos indicadores econômico-financeiros da Companhia, foram registrados impostos diferidos ativos apenas sobre os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas relativas à Itapoá (empresa do Conglomerado) que possui, nesse momento, razoável segurança quanto a geração de lucros tributáveis futuros.

25 Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
<u>Receita operacional bruta</u>				
Vendas	753.122	62.376	849.374	1.018.336
Prestação de serviços	21.608	1.609	60.426	32.236
Outras receitas	395	31	5.983	7.096
	<u>775.125</u>	<u>64.016</u>	<u>915.783</u>	<u>1.057.668</u>
<u>Deduções sobre vendas/serviços</u>				
Impostos sobre vendas/serviços	(74.031)	(6.215)	(88.025)	(105.388)
Devoluções e abatimentos	(7.023)	(26)	(7.392)	(3.003)
	<u>(81.054)</u>	<u>(6.241)</u>	<u>(95.417)</u>	<u>(108.391)</u>
<u>Receita operacional líquida</u>	<u>694.071</u>	<u>57.775</u>	<u>820.366</u>	<u>949.277</u>

Coforme mencionado na nota explicativa 2, em novembro de 2011, a então controlada Battistella Veículos Pesados Ltda. foi incorporada pela controladora Battistella Administração e Participações S/A. Por esse motivo, houve significativo incremento nas linhas de receita da controladora.

26 Operações descontinuadas – segmento de energia

Até final do ano de 2009 o segmento “Energia” ou “Distribuidora”, era composto de duas unidades operacionais: energia auxiliar - EA e mecânica, transmissão e potência – MTP. No entanto, a Administração decidiu descontinuar tais operações, alinhado ao planejamento

estratégico da Companhia de concentrar seus negócios nos segmentos Logística Porto e Veículos Pesados. A descontinuidade desse segmento aconteceu em duas etapas:

- (a) Em 18 de janeiro de 2010 foram vendidos estoques, marca e outros da operação de distribuição de rolamentos industriais e outros itens de transmissão de potência (operação MTP) para a Nortel Suprimentos Industriais S/A (“Nortel”), conforme Fato Relevante desta mesma data e Comunicado ao mercado de 18 de fevereiro de 2010. O valor da referida operação se aproxima do saldo contábil existente em 31 de dezembro de 2009.
- (b) Em 9 de dezembro de 2011 foi assinado contrato de intenção de venda das operações da operação de Energia Auxiliar (operação EA) junto a SDMO do Brasil, sendo assim, todos os ativos e passivos da operação foram reclassificados para uma conta própria no ativo e passivo circulantes, que foram mantidos até que fosse completada a operação, o que ocorreu efetivamente em 03 de fevereiro de 2012.

Análise do prejuízo do exercício das operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas incluídos na demonstração do resultado está apresentado a seguir. O prejuízo comparativo e os fluxos de caixa das operações descontinuadas foram reapresentados para incluir essas operações classificadas como descontinuadas no período corrente.

Battistella Administração e Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

	Consolidado	
Resultado do exercício das operações descontinuadas	03.02.2012	31.12.2011
Receita com vendas e serviços	9.032	145.458
Outras receitas	24	11
	9.056	145.469
Deduções sobre a receita bruta	(1.677)	(31.282)
Custo das vendas	(5.788)	(92.891)
Lucro Bruto	1.591	21.296
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas Comerciais	(854)	(13.327)
Despesas gerais e administrativas	(738)	(11.261)
Resultado financeiro, líquido	53	(6.248)
Outras receitas operacionais	15	2.209
	(1.524)	(28.627)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	67	(7.331)
Imposto de renda e contribuição social	(39)	(166)
Lucro (prejuízo) do exercício operações descontinuadas	28	(7.497)

Ativos e passivos diretamente associados a ativos de operações descontinuadas

	Consolidado			Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011		31.12.2012	31.12.2011
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	-	557	Fornecedores	-	15.955
Contas a receber	-	31.169	Obrigações sociais e fiscais	-	5.707
Tributos a Recuperar	-	775	Parcelamentos	-	3.054
Estoques	-	11.950	Adiantamentos recebidos	-	2.358
Outros créditos	-	328	Provisões	-	2.614
	-	44.779	Outros valores a pagar	-	254
				-	29.942
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Realizável a Longo Prazo	-	1.488	Parcelamentos	-	2.599
Tributos a Recuperar	-	1.445	Provisões	-	748
Depósitos judiciais	-	43	Obrigações sociais e fiscais	-	48
Imobilizado	-	2.802		-	3.395
Intangível	-	119			
	-	4.409			
Total do ativo	-	49.188	Total do passivo	-	33.337

Ativos da controladora diretamente associados a ativos de operações descontinuadas

	Controladora	
	31.12.2012	31.12.2011
		1
Saldo inicial	15.665	6.875
Transferência de investimento para operação descontinuada	(15.665)	6.183
Realização dos valores de operação descontinuada	-	(278)
Contas a receber de operações descontinuadas na redução de capital da controlada	-	4.038
Provisão para perda do contas a receber	-	(1.153)
Reflexo na Controladora	-	15.665

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012 - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
(valores expressos em milhares de reais)

	Operações Descontinuadas	
	31.12.2012	31.12.2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (operações descontinuadas)	28	(7.497)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		
Depreciação e amortização	(141)	599
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	-	2.008
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(418)
Provisão para contingências	1	585
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(1.092)	9.426
Estoques	225	2.472
Impostos a recuperar	458	785
Outras contas a receber	100	(147)
Despesas antecipadas	10	(14)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(131)	(958)
Obrigações tributárias e sociais	(1.029)	1.130
Adiantamento de clientes	634	(1.090)
Juros sobre empréstimos pagos - terceiros	-	(1.970)
Transações com partes relacionadas	171	19.459
Outras contas a pagar	(43)	1.299
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(809)	25.669
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	-	(449)
Alienação de ativo imobilizado	575	-
Aquisição de ativo intangível	(20)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	555	(449)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos - terceiros	-	21.392
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	(1)	(47.451)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(1)	(26.059)
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES		
DE CAIXA OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(255)	(839)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	558	1.396
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	303	557
	(255)	(839)

27 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custos variáveis (matérias primas e materiais de consumo)	601.897	50.336	645.182	770.796
Aluguéis	6.073	499	10.585	7.346
Depreciação, amortização, exaustão	2.035	180	23.323	16.482
Despesas de pessoal	44.645	4.678	72.050	60.898
Despesas tributárias	3.208	96	3.829	2.595
Despesas contratuais	-	43	-	225
Frete e carretos	2.389	467	6.768	5.659
Bonificações, revisões e manutenção RM	2.259	335	2.263	2.496
Honorários assessores jurídicos e terceiros	14.483	1.641	22.624	15.569
Outros	<u>23.756</u>	<u>3.277</u>	<u>46.037</u>	<u>39.252</u>
Total	<u>700.745</u>	<u>61.552</u>	<u>832.661</u>	<u>921.318</u>

Classificados como:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	617.022	51.584	713.458	823.673
Despesas comerciais	17.571	3.458	27.468	29.018
Despesas gerais e administrativas	<u>66.152</u>	<u>6.510</u>	<u>91.735</u>	<u>68.627</u>
Total de despesas	<u>700.745</u>	<u>61.552</u>	<u>832.661</u>	<u>921.318</u>

28 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Resultado baixa e/ou alienação de investimento (a)	(1.398)	(51)	86.302	(67)
Reversão (provisão) para contingências (b)	(7.425)	(197)	(22.047)	(5.848)
Resultado com baixa e/ou alienação do ativo imobilizado	3.155	52	8.365	5.356
Recuperação de custos e despesas	39	450	389	11.498
Multas	(29)	-	(103)	-
Custo de ociosidade (c)	-	-	(5.533)	(6.129)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(7.618)	63	(8.000)	(2.182)
Total	(13.276)	317	59.373	2.628

- (a) Os valores apresentados como resultado baixa e/ou alienação de investimento no consolidado referem-se ao resultado positivo da venda, pela Battistella Indústria e Comércio Ltda., das ações da Mobasa, considerando o valor residual da empresa na data da transação, que era de R\$ 87.300, e o valor de venda da mesma, R\$ 175.000.
- (b) Refere-se principalmente ao valor de R\$ 15.053 referente a constituição de provisão para contingência cível (ver nota explicativa 20.c) e R\$ 3.499 de contingências tributárias, referente à Pis semestralidade compensado de fevereiro de 1997 a março de 2000.
- (c) O custo de ociosidade refere-se a custos fixos não alocados aos produtos na operação portuária e reconhecidos diretamente como despesa no período incorrido, em atendimento ao CPC 16.

29 Resultado financeiro

29.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Juros ativos	653	432	1.686	2.259
Juros s/operações de mútuos	1.960	-	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	390	827	1.200	1.241
Descontos obtidos	91	78	202	260
Ajuste a valor presente	1.031	373	1.076	1.371
Outras receitas financeiras	5	3	5	3
Total	4.130	1.713	4.169	5.134

29.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Perdas com operações de SWAP	-	(2.346)	-	(2.346)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.583)	(26.230)	(73.229)	(38.765)
Juros passivos sobre parcelamentos	(2.753)	(1.047)	(3.800)	(2.481)
IOF	(5.392)	(661)	(5.893)	(4.986)
Juros de mora	(121)	-	(652)	-
Comissões sobre debêntures	(1.916)	-	(1.916)	-
Despesas bancárias	(498)	-	(745)	-
Descontos concedidos	(719)	(622)	(829)	(2.603)
Ajuste a valor presente	(671)	(699)	(838)	(1.200)
Outras despesas financeiras	(682)	(3.265)	(2.676)	(22.178)
Total	(51.335)	(34.870)	(90.578)	(74.559)

29.3 Variação cambial

A variação cambial é representada substancialmente por operações comerciais de exportações e importações, além de variação sobre contratos de empréstimos em moeda estrangeira.

Na controladora o montante de variação cambial passiva é de R\$ 279 em 31 de dezembro de 2012 (variação cambial ativa de R\$ 661 em 2011) e no consolidado os montantes de variação cambial passiva é de R\$ 802 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.340 de variação cambial ativa em 2011).

30 Informações por segmento

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma como principal tomador de decisão gerência o negócio considerando os critérios estabelecidos no CPC 22 (IFRS 8).

Os segmentos e produtos estabelecidos pela Companhia são:

- (a) Florestal (silvicultura, logística florestal, e industrialização de componentes de madeira);
- (b) Veículos pesados (veículos novos Scania, veículos seminovos e peças e serviços); e
- (c) Logística Porto (porto para logística de *contêineres*, localizado em Santa Catarina).

As informações por segmentos reportáveis estão apresentadas a seguir:

30.1 Receitas e resultados por segmento

A abertura de receitas e resultados por segmentos está disposta a seguir:

- (*) Refere-se substancialmente às operações corporativas da holding, Battistella Administração e Participações S.A.

Receita dos principais produtos e serviços

A receita dos principais produtos já encontram-se abertas no item anterior, pois os segmentos, são segregados e representados pelos principais produtos da Companhia.

30.2 Ativos e Passivos por segmento

CONSOLIDADO										
	31.12.2012					31.12.2011				
	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO	OUTROS*	TOTAL	FLORESTAL	VEÍCULOS PESADOS	LOGÍSTICA PORTO	OUTROS*	TOTAL
Receita líquida das operações continuadas	98.883	694.071	30.504	-	823.458	97.290	851.326	8.653	31	957.300
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(801)	-	-	-	(801)	(661)	-	-	-	(661)
Custo dos serviços prestados	(81.957)	(617.022)	(17.570)	-	(716.549)	(83.764)	(745.029)	(3.698)	-	(832.491)
Lucro bruto das operações continuadas	16.125	77.049	12.934	-	106.108	12.865	106.297	4.955	31	124.148
Despesas (receitas) operacionais	51.891	(96.999)	(19.473)	(422)	(65.003)	(15.469)	(66.387)	(18.134)	(3.667)	(103.657)
Provisão para desvalorização de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro das operações continuadas	68.016	(19.950)	(6.539)	(422)	41.105	(2.604)	39.910	(13.179)	(3.636)	20.491
Resultado financeiro	(2.595)	(47.484)	(36.677)	(313)	(87.069)	(2.385)	(19.442)	(15.495)	(30.763)	(68.085)
Lucro antes dos efeitos tributários das operações continuadas	65.421	(67.434)	(43.216)	(735)	(45.964)	(4.989)	20.468	(28.674)	(34.399)	(47.594)
Imposto de renda e contribuição social	(4.383)	(2.636)	13.663	-	6.644	(1.379)	(10.213)	9.376	-	(2.216)
Participação acionistas não controladores	-	-	-	-	(6)	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício das operações continuadas	61.038	(70.070)	(29.553)	(735)	(39.326)	(6.368)	10.255	(19.298)	(34.399)	(49.810)
a) Conciliação das receitas dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:										
Total de receitas para segmentos reportáveis para operações continuadas					823.458					
Eliminação de receitas entre segmentos de operações continuadas					(3.092)					
Receita líquida da entidade de operações continuadas					820.366					
b) Conciliação dos lucros (prejuízos) dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:										
Total do lucro (prejuízo) para segmentos reportáveis para operações continuadas					(39.326)					
Eliminação do resultado entre segmentos					5.139					
Lucro (prejuízo) do exercício					(34.187)					

(*) Valor refere-se às empresas inativas dentro do grupo. Em 2011 o valor era composto também pela Holding, entretanto com a incorporação da Battistella Veículos Pesados, para 2012 o valor foi considerado dentro do segmento de veículos pesados.

ATIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
FLORESTAL	55.350	165.241
VEÍCULOS PESADOS	181.854	143.850
LOGÍSTICA PORTO	255.794	239.423
OUTROS	<u>24.321</u>	<u>4.340</u>
Total do ativo de segmentos divulgáveis	517.319	552.854
Conciliação dos ativos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Ativos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	-	49.188
Eliminação de ativos entre segmentos	<u>(20.983)</u>	<u>(37.049)</u>
Total do ativo	496.336	564.993
PASSIVOS DOS SEGMENTOS	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
FLORESTAL	58.679	58.808
VEÍCULOS PESADOS	196.374	144.374
LOGÍSTICA PORTO	206.637	216.960
OUTROS	<u>31.829</u>	<u>70.841</u>
Total do passivo de segmentos divulgáveis	493.519	490.983
Conciliação dos passivos dos segmentos reportáveis de operações continuadas com os totais das demonstrações financeiras:		
Passivos relacionados às operações descontinuadas e destinados a venda	-	33.337
Empréstimos e debêntures captados	89.110	118.533
Eliminação de passivos entre segmentos	<u>(20.979)</u>	<u>(47.327)</u>
Total do passivo	561.650	595.526

30.3 Outras informações dos segmentos

	Consolidado			
	Depreciação		Adições ao	
			ativo imobilizado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
FLORESTAL	5.351	6.132	1.246	4.321
DISTRIBUIDORA	-	863	-	448
VEÍCULOS PESADOS	1.866	1.685	1.492	861
LOGÍSTICA PORTO	10.843	3.777	13.732	40.731
OUTRAS	17	433	-	36
Total de adições sobre o ativo de segmentos divulgáveis	18.077	12.890	16.470	46.397

30.4 Informações geográficas

Em 2012 e 2011 todos os ativos dos segmentos reportáveis estavam localizados em território brasileiro, sendo que, substancialmente, as vendas foram realizadas no território brasileiro.

30.5 Informações sobre principais clientes

Em nenhum dos segmentos reportáveis, não há concentração de vendas por clientes, sendo que nenhum desses clientes foi responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total em 2012 e 2011.

31 Seguros

Em 31 de dezembro de 2012 a cobertura de seguros estabelecida pela Administração para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R\$ 135.718. (R\$ 163.332 em 2011). Em decorrência da diluição dos riscos envolvidos pela diversidade da localização dos projetos, a Companhia é autosegurador de suas florestas e dos projetos de reflorestamento, não tendo sido contratado seguro. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

32 Compromissos

A Companhia possui contratos firmados de locações de imóveis comerciais e locações de veículos para os quais tem o compromisso mensal aproximado de R\$ 799.

33 Prejuízo por ação

Proveniente de operações continuadas

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2012	Média em relação ao total	31.12.2011	Média em relação ao total
DENOMINADOR				
Ações ON - R\$ 1	49.911.902	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	99.765.826	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	149.677.728		149.677.728	
NUMERADOR				
Lucro (prejuízo) de operações continuadas atribuído para classes de ações - em R\$ 1	(34.153)		(47.926)	
Resultado de operações continuadas por ação básico e diluído	(0,228)		(0,320)	

Proveniente de operações descontinuadas

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2012	Média em relação ao total	31.12.2011	Média em relação ao total
DENOMINADOR				
Ações ON - R\$ 1	49.911.902	33%	49.911.902	33%
Ações PN - R\$ 1	99.765.826	67%	99.765.826	67%
Total de Ações	149.677.728		149.677.728	
NUMERADOR				
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas atribuído para classes de ações - R\$	28.000		(7.497)	
Resultado de operações descontinuadas por ação básico e diluído	0,000		(0,050)	

Não há evento diluidor / não há diferença entre o prejuízo básico e prejuízo diluído na Companhia em 2012 e em 2011.

34 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 05 de março de 2013.